



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Rua Almino Afonso, 478 - Bairro Centro, Mossoró/RN, CEP 59610-210  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - <http://portal.uern.br/>

## EDITAL Nº 17/2026

Processo nº 04410277.001090/2025-56

### PREGÃO ELETRÔNICO N.º 17/2026

<b>Contratante:</b>	Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
<b>Código da UASG:</b>	925543
<b>Objeto:</b>	Registro de preços para a cessão do direito de uso de softwares para atendimento às necessidades da instituição
<b>Valor da contratação:</b>	1.017.160,37
<b>Data da sessão pública:</b>	13/07/2026
<b>Horário:</b>	08:00
<b>Local para o envio das propostas e da sessão pública:</b>	Portal de Compras do Governo Federal - <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>
<b>Critério de Julgamento:</b>	menor preço por item
<b>Modo de Disputa:</b>	aberto e fechado
<b>Preferência ME/EPP/Equiparadas:</b>	sim
<b>Locais para obtenção do edital:</b>	<a href="#">UERN</a> ; <a href="#">COMPRASNET</a> ; <a href="#">TCE</a>

Torna-se público que a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - FUERN, por meio da Diretoria de Licitações e Contratos, sediada na Rua Quintino Bocaiuva, sn - Ed. Epílogo de Campos, Centro, Mossoró/RN, realizará licitação, para registro de preços na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023, Lei Complementar Estadual nº 675 de 06 de novembro de 2020, do Decreto Estadual nº 30.753, de 22 de julho de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços para a cessão do direito de uso de softwares para atendimento às necessidades da instituição, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

#### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

#### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se

tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 02 ao 15, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. Excepcionalmente, quanto ao item 01, tendo em vista a exigência técnica do fabricante Adobe para fornecimento por revendas autorizadas com certificação de Especialização em Governo, conforme Item 5.5. do TR. Tal certificação demanda, entre outros critérios, que a empresa esteja enquadrada nas categorias Gold ou Platinum de parceria e seja constituída sob a forma de sociedade limitada ou sociedade anônima, o que inviabiliza a participação de microempresas e empresas de pequeno porte. Dessa forma, o item 01 fica, portanto, vedada a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, que terá participação aberta exclusivamente às empresas que atendam às exigências técnicas estabelecidas pelo fabricante, em observância ao princípio da competitividade e à adequação do objeto contratado.

3.7.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.8.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.4. e 3.8.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.8.4. e 3.8.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.16. A vedação de que trata o item **3.9.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. **Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **8.1.1.** e **8.13.1.** deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens **4.4. ou 4.7.** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **4.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *valor unitário e total item;*

5.1.2. Marca;

5.1.3. *Fabricante;*

5.1.4. **Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo, conforme termo de referência.**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. **O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua



apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 6.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 2024.
- 6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.
- 6.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 6.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).
- 6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste

no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2.2. empresas brasileiras;

6.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS**

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e

- 7.1.4. **Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.**
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1. A consulta no **CEIS** quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.2.2. **Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU**
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. **não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;**
- 7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora,



admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **15% (quinze por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **meio digital**.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em

lei e em outras normas específicas.

8.9. *Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre o preenchimento da cota de aprendizes prevista no art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943. (art. 5º do Decreto Estadual nº 30.753/2021).*

8.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item , poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS horas, para:

8.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.15.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **8.13.1.**

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco) dias úteis**; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens **9.2 e 9.3** poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. *Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.*

10.2. *O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:*

10.2.1. *a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e*

10.2.2. *a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.*

10.3. *A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.*

10.4. *Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.*

10.5. *O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.*

10.6. *A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.*

10.7. *Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.*

10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.9. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

11.1. *Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:*

11.1.1. *dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

11.1.2. *dos licitantes que mantiverem sua proposta original.*

- 11.2. **Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.**
- 11.2.1. **A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.**
- 11.2.2. **Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.**
- 11.3. **A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:**
- 11.3.1. **quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou**
- 11.3.2. **quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no Decreto Estadual nº 32.449/2023.**
- 11.4. **Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:**
- 11.4.1. **convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou**
- 11.4.2. **adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.**
- 11.5. **É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de Ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme previsto no art. 165, inciso VIII, do Decreto Estadual nº 32.449/2023.**

## **12. DOS RECURSOS**

- 12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sei.rn.gov.br/>.

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 13.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
- 13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



- 13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 13.1.6. fraudar a licitação
- 13.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 13.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 13.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 13.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 13.2.1. advertência;
- 13.2.2. multa;
- 13.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens **13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3.**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens **13.1.4., 13.1.5., 13.1.6., 13.1.7., 13.1.8. e 13.1.9.**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1., 13.1.2., 13.1.3. e 13.1.4.** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.5., 13.1.6., 13.1.7., 13.1.8. e 13.1.9.** bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3.** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de



inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

#### 14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: [contratacoes@uern.br](mailto:contratacoes@uern.br).

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.uern.br](http://www.uern.br).

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência (ID nº 42162389)

15.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar (ID nº 42150085)

15.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato (ID nº 40716879)

15.11.3. **ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços** (ID nº 40718045)

15.11.4. ANEXO IV - Minuta de Proposta de Preços (ID nº 40730397)

Mossoró/RN, 26 de junho de 2026.

**[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]**



Documento assinado eletronicamente por **Paulo de Tarso de Paula Santiago, Membro da Unidade**, em 26/06/2026, às 08:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cicília Raquel Maia Leite, Presidente(a) da FUERN**, em 26/06/2026, às 08:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **42321154** e o código CRC **8723E484**.

**Referência:** Processo nº 04410277.001090/2025-56

SEI nº 42321154



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Rua Almino Afonso, 478 - Bairro Centro, Mossoró/RN, CEP 59610-210  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - http://portal.uern.br/

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 04410277.001090/2025-56

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para a cessão do direito de uso de softwares para atendimento às necessidades da instituição, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	SOLICITANTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	UERNTV(5) AGECOM(7) EDUERN(11) DECOM(18) PROEX(1)	<b>Renovação de licença de uso do Adobe Creative Cloud para instituições de ensino:</b> Licenciamento mínimo: 02 anos; Tipo de licenciamento: Por usuário; Disponibilidade de armazenamento em Nuvem: Mínimo de 100GB; Softwares inclusos no pacote: Acrobat Pro; Photoshop; Illustrator; InDesign; Premiere Pro; After Effects; Lightroom; XD; Animate; Lighthouse Classic; Dreamweaver; Dimension; Audition; Premiere Rush; InCopy; Character Animator; Capture; Fresco; Bridge; Photoshop Camera; Media Encoder; Aero; Lightroom Web; Scan; Fill & Sign; Acrobat Reader; Disponibilidade de gerenciamento de licenças: Sim; Durante o período de vigência das licenças, deverão ser gratuitamente fornecidas pelo fabricante todas as atualizações disponíveis; Suporte: 24 Horas Online. Id. do contrato: CD5C6B250B1FC5160FEA OBS: O procedimento licitatório adotará o modelo de ampla concorrência <b>considerando os termos do licenciamento Adobe "especialização em governo"</b> ( <a href="https://express.adobe.com/page/vYURQqMipzyBd/">https://express.adobe.com/page/vYURQqMipzyBd/</a> )	Unid.	42	84	R\$ 5.755,85	R\$ 483.491,40
2	AGECOM	<b>Licença Anual Freepik Premium+</b>	Unid.	1	3	R\$ 1.459,58	R\$ 4.378,74
3	AGECOM	<b>Licença Anual CapCut Pro</b>	Unid.	4	8	R\$ 504,31	R\$ 4.034,48
4	AGECOM	<b>Licença Anual Canva Pro</b>	Unid.	1	5	R\$ 500,28	R\$ 2.501,40
5	FAFIC	<b>IBM SPSS Statistics</b> Licença de 12 meses. Software para análise de dados quantitativos. Realiza tabulações cruzadas. ( Statistical Package for Social Science)A plataforma IBM SPSS oferece análise estatística avançada, uma vasta biblioteca de algoritmos de aprendizado de máquina, análise de texto, extensibilidade de código aberto, integração com big data e implementação perfeita em aplicativos. A facilidade de uso, a flexibilidade e a escalabilidade deixam o SPSS acessível aos usuários de todos os níveis de habilidade. Além disso, ele é adequado para projetos de todos os tamanhos e níveis de complexidade, oferecendo novas oportunidades, melhorar a eficiência e minimizar os riscos na realização de pesquisa na área das ciências sociais aplicadas. (Uso para realização de pesquisas quantitativas)	Unid.	1	5	R\$ 9.009,16	R\$ 45.045,80
6	PROEX	<b>Pacote CorelDRAW Graphics Suite – Licença Permanente</b> Descrição Técnica: Licença original e definitiva do software CorelDRAW Graphics Suite, destinada ao uso institucional para design gráfico, criação de vetores, diagramação e edição de imagens. Características mínimas obrigatórias: Licença perpétua/pagamento único, com chave de ativação definitiva e sem limite de validade. Compatível com Windows 10 ou superior e/ou macOS (versão compatível).Permite uso em 1 dispositivo por licença, com ativação offline ou online.Idioma: Português (Brasil).Versão mínima: CorelDRAW Graphics Suite 2021 ou superior. Inclui, no mínimo, os seguintes aplicativos: CorelDRAW Corel PHOTO-PAINT Corel Font Manager Corel PowerTRACE Corel CONNECT Corel CAPTURE Compatibilidade com formatos de arquivos: CDR, AI, PSD, PDF, JPG, PNG, SVG, EPS, TIFF, entre outros. Acesso a biblioteca de fontes, modelos e vetores. Suporte técnico básico incluso (online). Manual de instalação ou link para download fornecido.	Unid.	1	3	R\$ 2.863,92	R\$ 8.591,76
7	FE	<b>Pacote Office business "versão mais atual" Permanente Vitalício</b> A disponibilização da licença deve ocorrer via MPSA; A contratada deve ser devidamente certificada para venda de produtos Microsoft e constar como Distribuidor autorizado, ou Provedor de soluções, já apresentando a documentação de comprovação.	Unid.	4	8	R\$ 1.318,43	R\$ 10.547,44



A quantidade mínima estabelecida para fins de registro de preços também é o quantitativo mínimo previsto para cada contrato/solicitação oriundo da Ata de Registro de Preços (art. 164, §6º, Decreto Estadual nº 32.449/2023).

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

**Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado da publicação, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que respeitado o disposto no Artigo 179 e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 32.449/2023, do Rio Grande do Norte.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) anos, contados da publicação do contrato, não cabendo prorrogação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1. De acordo com o artigo 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei nº 14.133, de 2021, a fundamentação da contratação é realizada mediante “referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas”. No mesmo sentido é a previsão do art. 9º, inciso II, da Instrução Normativa Seges/ME nº 81, de 2022.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 sob o código 925543-39/2026, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas conforme link <https://pncp.gov.br/app/pca/08258295000102/2026>, bem como no portal da instituição no link de acesso: <https://portal.uern.br/acessoainformacao/planejamento/>.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. O ciclo de vida dos softwares a serem adquiridos compreende as etapas de planejamento, seleção da solução, contratação, implantação, utilização, suporte, atualização, renovação ou substituição e encerramento do uso das licenças. Embora se trate de objeto de natureza predominantemente intangível, a contratação de softwares pode gerar impactos ambientais indiretos, especialmente relacionados ao consumo de energia elétrica por equipamentos e centros de dados, à ampliação da demanda por infraestrutura computacional, ao armazenamento e tráfego de dados, ao uso de recursos de processamento, à eventual necessidade de equipamentos complementares, ao descarte de mídias físicas ou dispositivos de autenticação e à obsolescência tecnológica decorrente da incompatibilidade entre sistemas.

3.2. Na fase de planejamento, a Administração deverá identificar a real necessidade institucional, verificar a aderência da solução aos instrumentos de planejamento de TIC, avaliar a existência de softwares já disponíveis no ambiente institucional, mensurar adequadamente o quantitativo de licenças e examinar alternativas técnica e economicamente viáveis. Nessa etapa, o principal impacto ambiental potencial decorre da aquisição superdimensionada, redundante ou incompatível com a infraestrutura existente, o que pode gerar desperdício de recursos públicos, subutilização de licenças, necessidade desnecessária de expansão de infraestrutura computacional e aumento indireto do consumo de energia. Como medida mitigadora, deverão ser priorizados o dimensionamento adequado da demanda, a reutilização de soluções já contratadas quando viável, a consolidação de ferramentas com funcionalidades semelhantes, a adoção de licenciamento compatível com o efetivo uso institucional e a análise do custo total de propriedade durante todo o ciclo de vida da solução.

3.3. Na fase de seleção da solução, deverão ser avaliadas a compatibilidade do software com os sistemas e ambientes tecnológicos da instituição, os requisitos de segurança da informação, privacidade, acessibilidade, interoperabilidade, suporte técnico, atualização, escalabilidade, continuidade operacional e possibilidade de uso em ambiente institucional. Os impactos ambientais potenciais nessa etapa estão relacionados à escolha de soluções que demandem maior capacidade de processamento, armazenamento, tráfego de dados ou substituição prematura de equipamentos, ocasionando maior consumo energético e possível geração futura de resíduos eletroeletrônicos. Para mitigação desses impactos, a Administração deverá priorizar soluções compatíveis com a infraestrutura existente, que não imponham exigências excessivas de hardware, que permitam interoperabilidade com sistemas institucionais, que possuam atualização contínua e que reduzam a necessidade de aquisições complementares de equipamentos.

3.4. Na fase de contratação e disponibilização, o fornecedor deverá assegurar o fornecimento regular das licenças, chaves de ativação, credenciais, acesso à plataforma, documentação técnica, manuais, canais de suporte, garantias de funcionamento e demais recursos necessários ao pleno uso da solução. Quando a contratação envolver solução em nuvem ou no modelo SaaS, deverão ser considerados aspectos relacionados à disponibilidade, confidencialidade, integridade, proteção de dados, portabilidade das informações, continuidade do serviço e condições de encerramento contratual. Os impactos ambientais potenciais relacionam-se ao consumo de energia em data centers, ao armazenamento excessivo de dados, ao uso intensivo de processamento remoto e à dependência de infraestrutura tecnológica de terceiros. Como mitigação, a instituição poderá exigir ou valorizar, quando compatível com o objeto e sem restringir indevidamente a competitividade, soluções com boas práticas de eficiência energética, uso racional de armazenamento, mecanismos de gestão de dados, relatórios de utilização, escalabilidade adequada e possibilidade de ajuste de licenças conforme a demanda real.

3.5. Na fase de implantação, deverão ser realizadas as configurações necessárias, ativação das licenças, integração com sistemas institucionais, definição dos perfis de acesso, parametrização dos ambientes, capacitação dos usuários e validação do funcionamento da solução. Nessa etapa, os possíveis impactos ambientais decorrem de retrabalho, deslocamentos desnecessários, impressões de manuais, uso inadequado da ferramenta, necessidade de reinstalações sucessivas e consumo adicional de recursos computacionais. Para mitigação, deverão ser priorizadas implantações remotas sempre que tecnicamente viáveis, documentação em meio digital, capacitação virtual ou híbrida, definição prévia de perfis de acesso, planejamento de implantação por etapas e validação técnica antes da ampla disponibilização da solução.

3.6. Na fase de utilização e operação, a Administração deverá acompanhar o uso efetivo das licenças, monitorar a aderência da solução às necessidades institucionais, controlar acessos, verificar indicadores de disponibilidade e desempenho, avaliar a qualidade do suporte prestado e promover o uso racional da ferramenta. Os impactos ambientais potenciais estão associados ao uso ineficiente de licenças, armazenamento desnecessário de arquivos, processamento excessivo, tráfego de dados evitável, manutenção de contas inativas e consumo energético indireto dos equipamentos e ambientes de nuvem. Como medidas mitigadoras, a instituição deverá manter rotina de gestão de licenças, revisar periodicamente usuários ativos, remanejar licenças ociosas, desativar acessos não utilizados, orientar os usuários quanto ao uso racional da solução e acompanhar indicadores de consumo, armazenamento e utilização sempre que disponíveis.

3.7. Na fase de suporte, manutenção e atualização, deverão ser asseguradas correções de falhas, atualizações de segurança, melhorias funcionais, compatibilidade com sistemas operacionais e navegadores, correções de vulnerabilidades e atendimento aos chamados técnicos dentro dos prazos contratados. A ausência de manutenção adequada pode gerar obsolescência tecnológica, falhas de segurança, indisponibilidade, necessidade de substituição antecipada de sistemas ou equipamentos e aumento de retrabalho operacional. Para mitigação desses impactos, a Administração deverá exigir suporte técnico compatível com a criticidade da solução, atualizações durante a vigência contratual, correções de vulnerabilidades, documentação técnica atualizada e canais de atendimento que reduzam deslocamentos e aumentem a eficiência operacional.

3.8. Na fase de renovação, ampliação ou substituição, a Administração deverá avaliar a continuidade da necessidade, o custo-benefício da solução, o nível de utilização das licenças, a qualidade do suporte, a existência de alternativas de mercado, a possibilidade de adoção de soluções integradas ou compartilhadas e os custos de migração. O principal impacto ambiental potencial nessa etapa decorre da renovação automática de licenças subutilizadas, da manutenção de soluções redundantes, da dependência tecnológica excessiva e da necessidade de substituição de infraestrutura por incompatibilidade com novas versões. Como medida mitigadora, a instituição deverá realizar análise prévia de utilização, revisar quantitativos, cancelar ou reduzir licenças ociosas, avaliar alternativas interoperáveis, planejar migrações de forma gradual e considerar o custo total de propriedade, incluindo licenciamento, suporte, treinamento, implantação, integração, migração e encerramento.

3.9. Na fase de encerramento, deverão ser adotadas medidas para desativação segura das licenças, revogação de acessos, exportação ou migração de dados, preservação de informações institucionais, eliminação de dados quando aplicável, encerramento de contas, devolução ou inutilização de credenciais e comprovação de que não permanecerão cobranças, acessos indevidos ou dependências operacionais não tratadas. Os impactos ambientais potenciais estão relacionados à manutenção de ambientes, contas, bases de dados e armazenamentos desnecessários, bem como ao descarte inadequado de mídias físicas, tokens, dispositivos de autenticação ou equipamentos eventualmente vinculados à solução. Para mitigação, a Administração deverá realizar plano de encerramento, higienização de dados, migração planejada, desativação de ambientes não utilizados, eliminação segura de informações quando cabível e encaminhamento ambientalmente adequado de eventuais dispositivos físicos associados.

3.10. Dessa forma, os possíveis impactos ambientais associados à aquisição de softwares são, em regra, indiretos, mas devem ser considerados pela Administração no planejamento e na gestão contratual. Entre eles, destacam-se o consumo de energia elétrica por equipamentos e data centers, o aumento da demanda por armazenamento e processamento de dados, a possível necessidade de aquisição ou substituição de equipamentos, a geração de resíduos eletroeletrônicos em caso de obsolescência tecnológica, o



desperdício decorrente de licenças ociosas, a duplicidade de soluções, o uso excessivo de impressões e deslocamentos para implantação ou treinamento e a manutenção de contas e dados sem necessidade institucional.

3.11. Como medidas de mitigação, a instituição deverá adotar práticas de governança e sustentabilidade durante todo o ciclo de vida do software, tais como: dimensionamento adequado das licenças; preferência por fornecimento digital; documentação eletrônica; implantação e suporte remoto quando viáveis; capacitação dos usuários para uso eficiente da solução; controle periódico de licenças ativas e ociosas; desativação de acessos não utilizados; avaliação de interoperabilidade e compatibilidade com a infraestrutura existente; priorização de soluções que não demandem substituição desnecessária de equipamentos; planejamento de migração e encerramento; e descarte ambientalmente adequado de eventuais mídias, tokens ou dispositivos físicos vinculados à contratação.

3.12. **A sustentabilidade da contratação, portanto, não se limita à dimensão ambiental direta, mas envolve também a economicidade, a eficiência administrativa, a segurança da informação, a acessibilidade, a interoperabilidade, a continuidade dos serviços, a redução de desperdícios e a adequada governança das licenças contratadas. A contratação deverá observar critérios que assegurem o uso eficiente da solução durante toda a sua vigência, com planejamento para implantação, operação, suporte, atualização, eventual renovação e encerramento seguro, em conformidade com as diretrizes de contratações públicas sustentáveis.**

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Sustentabilidade**

4.1. Considerando o "Guia de Contratações Sustentáveis", 8º Ed. Ano. 2025. Disponível em: [https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao\\_2025\\_do\\_guiu\\_final\\_para\\_cop30.pdf/](https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao_2025_do_guiu_final_para_cop30.pdf/). Não se observa aplicabilidade do respectivo guia à cessão de softwares e/ou sistemas Web.

**Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2.1. A vedação à subcontratação se justifica por se tratar de contratação que objetiva a aquisição de grande necessidade técnica. Permitir a subcontratação, total ou parcial, enfraqueceria a garantia da execução do contrato, por transferir a terceiros a obrigação, e poderia gerar conflitos de interesse ou falhas de fiscalização.

**Garantia da Contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Será dispensada a exigência de garantia contratual, a decisão decorre de análise realizada pela Administração quanto à natureza do objeto, ao valor estimado da contratação, ao modelo de execução, ao nível de risco envolvido e à necessidade de preservar a competitividade do certame. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual constitui faculdade da Administração, devendo ser adotada quando demonstrada sua necessidade e pertinência diante das características do objeto e dos riscos concretos da contratação. No caso em análise, entende-se que a imposição de garantia contratual poderia representar ônus financeiro adicional aos licitantes, especialmente para empresas que, embora possuam capacidade técnica, operacional e comercial para fornecer o objeto pretendido, não disponham de elevada disponibilidade imediata de recursos em caixa ou de limite financeiro junto a instituições bancárias/seguradoras para apresentação de caução, seguro-garantia ou fiança bancária.

4.5. Desse modo, a exigência poderia restringir a competitividade do certame, reduzindo o número de potenciais participantes e, consequentemente, limitando a possibilidade de obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração. Tal medida deve ser evitada quando não se mostrar indispensável à adequada proteção do interesse público, sobretudo em contratações cujo objeto não apresenta complexidade, criticidade ou risco contratual em grau suficiente para justificar a imobilização financeira prévia por parte da contratada. Ressalta-se que a dispensa da garantia contratual **não significa ausência de proteção à Administração**, tampouco implica redução da responsabilidade da futura contratada. O contratado permanecerá integralmente obrigado ao fiel cumprimento das condições estabelecidas no edital, no termo de referência, na proposta apresentada e no instrumento contratual, respondendo por eventuais atrasos, falhas, descumprimentos, inexecução parcial ou inexecução total do ajuste.

4.6. Além disso, a Administração dispõe de outros mecanismos legais e contratuais suficientes para resguardar o interesse público e minorar eventuais prejuízos, tais como:

- a) acompanhamento e fiscalização da execução contratual por servidor ou comissão designada;
- b) exigência de recebimento provisório e definitivo do objeto, quando aplicável;
- c) possibilidade de rejeição do objeto em desconformidade com as especificações exigidas;
- d) retenção ou glosa de pagamentos em caso de inadimplemento ou execução irregular;
- e) aplicação de multas e demais sanções administrativas previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021;
- f) possibilidade de rescisão contratual nas hipóteses legalmente previstas;
- g) convocação de licitante remanescente, quando cabível;
- h) responsabilização da contratada por perdas e danos decorrentes de sua conduta.

4.7. Assim, considerando que os riscos identificados podem ser adequadamente mitigados por meio dos instrumentos ordinários de gestão e fiscalização contratual, a exigência de garantia mostra-se desnecessária e potencialmente restritiva à ampla participação de interessados. Por fim, mantém-se a opção pela **dispensa da exigência de garantia contratual**, por se mostrar medida mais compatível com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da aplicação dos mecanismos legais cabíveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

4.8. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

**Vistoria**

4.9. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

**Da requisição Mínima**

4.10. Não serão admitidas propostas apenas para a requisição mínima; devendo a mesma, obrigatoriamente, contemplar o total solicitado por item.

**Da vedação da Adesão**

4.11. Não será permitida a adesão de outros órgãos a esse registro de preços.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DE OBJETO**

**Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **30 (trinta) dias após o envio da Ordem de Compra** emitida pelo setor responsável.

5.2. O licenciamento dos softwares deverão gozar de plena garantia e suporte, conforme estabelecido na legislação vigente. As licenças devem iniciar seus prazos de vigência a partir da data de ativação.

5.3. Todos os softwares fornecidos devem conter do devido licenciamento em conformidade com o exigido pela legislação atual e descrições inseridas na tabela do item 1.1 acima.

5.4. As dúvidas sobre as especificações, conteúdo e demais aspectos que se refiram aos itens das aquisições deverão ser dirimidas junto à PROAD, no e-mail "dlc@uern.br" e "scd.dis@uern.br".

5.5. Quanto ao item 1 desta demanda, extrai-se do site da própria Adobe que, sidando uma "melhor experiência dos nossos softwares e maior qualidade na implantação junto às mais variadas esferas e instituições governamentais do Brasil, a Adobe anuncia o programa de Especialização em Governo para revendas autorizadas no país". Desta feita, segundo o site, "para obter a certificação de Especialização em Governo, uma série de requisitos e características são exigidos. Entre eles, são requeridos a integração ao rol de revendas Gold ou Platinum da Adobe e constituída como sociedade limitada ou sociedade anônima, de acordo com a legislação brasileira (MEIs, EPPs ou microempresas são inelegíveis)".

**Local e horário da prestação dos serviços**

5.6. O endereço de entrega das licenças de uso dos softwares(cessão) a que se refere o item anterior é: Avenida Lauro Monte, nº 340, Bairro Abolição - Mossoró/RN - CEP: 59619-000, podendo o licitante encaminhar via e-mail para os seguintes endereços: "scd.dis@uern.br" e/ou "sti@uern.br"

**Especificação da garantia do serviço**

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo de outro prazo previsto na descrição de cada item individualmente.

6. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

- 6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

**Rotinas de Fiscalização**

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**Fiscalização Técnica**

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

**Fiscalização Administrativa**

- 6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.19. Além do disposto nesta Sessão, o(s) fiscal (is) de contrato deverão observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

**Gestor do Contrato**

- 6.20. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:
- 6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.
- 6.21. Além do disposto nesta Sessão, o gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

7. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o relatório do gestor e/ou fiscal do contrato ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.2.1. não produziu os resultados acordados,

- 7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**Do recebimento**

- 7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.8. Ao final de cada período/evento de faturamento:
  - 7.8.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
  - 7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
  - 7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
  - 7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - 7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
  - 7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.24.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.24.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**Forma de pagamento**

7.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.32.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.33. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Reajuste**

7.34. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **05/03/2026**.

7.35. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custo da Tecnologia da informação - ICTI, calculado pelo IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.36. O reajuste com base no Índice de Custo da Tecnologia da informação - (ICTI), visa manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados na área de Tecnologia da Informação. O respectivo índice reflete a variação dos custos específicos do setor de Tecnologia sendo a mais indicada para a aquisição inserta neste processo.

7.37. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.38. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.39. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.40. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.41. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.42. O reajuste será realizado por apostilamento.

**Cessão de crédito**

7.43. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.44. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.45. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está consolidada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL- 01, de 18 de maio de 2020.

7.48. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.48.1. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.49. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

**8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- 8.2.4.3.

Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.4.

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.5.

Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.6.

Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.7.

Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- 8.3.

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4.

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.
- 8.6.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7.

A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1.

Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2.

Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9.

Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1.

a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2.

as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3.

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4.

os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5.

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11.

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12.

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.12.1.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.13.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14.

Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
9.

**FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**
- Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**
- 9.1.

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO , conforme id [39942981](#).
- Regime de Execução**
- 9.2.

O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.
- Critérios de aceitabilidade de preços**
- 9.3.

Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será aquele fixado individualmente em cada item na tabela 1.1 acima, conforme Pesquisa de Preços id [39806178](#).
- Exigências de habilitação**
- 9.4.

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:
- Habilitação jurídica**
- 9.5.

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6.

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7.

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8.

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9.

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.10.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11.

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 1% (um por cento) do valor total estimado da contratação.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

- 9.31.1.

a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- 9.31.2.

caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**Da Justificativa Qualificação Econômico-Financeira**

9.33. A exigência de documentação econômico-financeira justifica-se pela necessidade de assegurar que os licitantes possuam condições de solvência e capacidade financeira para executar o contrato, evitando riscos de inexecução.

9.34. A apresentação de certidões negativas de insolvência civil e de falência (Lei nº 14.133/2021, art. 69, II e IN Seges/ME nº 116/2021) garante que a empresa não esteja em situação judicial impeditiva. Já a exigência de balanço patrimonial e demonstrações contábeis (art. 69, I) permite verificar os índices de Liquidez Geral, Corrente e Solvência, que devem ser superiores a 1, assegurando equilíbrio econômico-financeiro.

9.35. Como alternativa, admite-se a comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido de 1% do valor estimado da contratação, bem como balanço de abertura para empresas recentes, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Tais medidas visam garantir a **idoneidade financeira dos contratados, transparência e proteção ao interesse público**.

**Qualificação Técnica**

9.36. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.36.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**Disposições gerais sobre habilitação**

9.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

- 9.42. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 9.42.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
  - 9.42.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
  - 9.42.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
  - 9.42.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
  - 9.42.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
  - 9.42.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
    - 9.42.6.1. ata de fundação;
    - 9.42.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
    - 9.42.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
    - 9.42.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
    - 9.42.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
    - 9.42.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
    - 9.42.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.017.160,37 (um milhão, dezessete mil cento e sessenta reais e trinta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1. acima e na Pesquisa de Preços id [39806178](#).
- 10.2. As estimativas das quantidades e memória de cálculo estão pormenorizadas nos topicos 5 e 7 do Estudo Técnico Preliminar.
- 10.2.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.
- 10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.
- 10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
  - 10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
  - 10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS


- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.


O presente documento foi elaborado com base no modelo de Termo de Referência - Obras e Serviços, exceto TIC - Lei nº 14.133/2021 - Atualização: Dezembro/2025, bem como pela minuta padronizada da SEAD/RN no que cabe à legislação estadual, e segue assinado pela servidora Elaboradora, para ser aprovado pela Autoridade Competente.

Mossoró, data da assinatura eletrônica.

**Ilânio Mauricio Nunes**  
Diretoria de Licitações e Contratos  
TNS - Matrícula 13.762-6

**Vânia Meyreli Paloma Mendes dos Santos**  
Chefe do Setor de Planejamento da Diretoria de Licitações e Contratos  
Portaria Nº 1277/2026-GP/FUERN - TNM - Matrícula 13.145-8

 Documento assinado eletronicamente por **Vania Meyreli Paloma Mendes dos Santos, Agente Técnico(a) Especializado(a) da Unidade**, em 19/06/2026, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).

 Documento assinado eletronicamente por **Ilânio Maurício Nunes, Assistente Técnico(a) da Unidade**, em 19/06/2026, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **42162389** e o código CRC **2C107BA1**.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 04410277.001090/2025-56

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUERN
ESTUDOS PRELIMINARES
Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º: O estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

1. Dados do Processo:

Órgão Responsável pela Contratação:	Superintendência de Tecnologia da Informação - STI / UERN
Objeto:	Registro de preços para a cessão do direito de uso de softwares para atendimento às necessidades da instituição.
Local da entrega ou prestação do serviço:	Almoxarifado Central da Uern. Avenida Lauro Monte, nº 340, Bairro Abolição - Mossoró/RN - CEP: 59619-000
Nº do Processo:	Processo SEI-UERN: <a href="#">04410277.001090/2025-56</a>

2. Necessidade da contratação

- A aquisição de equipamentos de tecnologia para a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) é uma medida estratégica que visa à modernização e ampliação da infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) nas suas Unidades Acadêmicas. Essa iniciativa tem como objetivo fortalecer as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa, em sintonia com as exigências do cenário educacional contemporâneo;
- As demandas foram identificadas por meio do "Orçamento Participativo 2026",evidenciando uma mobilização ampla e articulada para atender às necessidades estruturais de diversas áreas da universidade;
- Considerando a variedade e o volume dos equipamentos requisitados, a adoção do sistema de registro de preços configura-se como a alternativa mais eficiente e vantajosa. Essa modalidade permite à UERN contratar as melhores propostas de forma econômica, transparente e ágil, garantindo que futuras aquisições estejam alinhadas às exigências técnicas e orçamentárias. A padronização das especificações técnicas, por sua vez, assegura compatibilidade, qualidade e homogeneidade nos equipamentos adquiridos, contribuindo para a sustentabilidade e o desempenho da infraestrutura tecnológica;
- A modernização do parque de TI da UERN é, portanto, uma prioridade institucional. Trata-se de um investimento essencial para elevar a qualidade dos serviços prestados, ampliar a competitividade acadêmica e atender às exigências de um ambiente universitário cada vez mais digitalizado. A atualização tecnológica possibilita a adoção de metodologias inovadoras, como o ensino híbrido e remoto, além da integração de plataformas digitais que otimizam o gerenciamento acadêmico e administrativo;
- Adicionalmente, o fortalecimento da infraestrutura tecnológica é determinante para a consolidação da pesquisa científica e da extensão universitária, especialmente em áreas que demandam alto desempenho computacional, como análise de dados, inteligência artificial, automação e simulações complexas. Com acesso a recursos digitais avançados, a UERN se posiciona de forma mais robusta na produção de conhecimento, inovação e impacto social;
- Do ponto de vista administrativo, os ganhos também são significativos: a automação de processos, a segurança da informação e a eficiência operacional contribuem para uma gestão mais moderna, responsiva e preparada para os desafios da educação superior no século XXI. Em suma, este investimento em tecnologia não apenas atende às demandas imediatas da comunidade acadêmica, mas também fortalece o papel institucional da UERN como promotora de ensino, ciência e inovação de excelência.

3. Referência ao Plano Anual de Contratações, entre outros documentos institucionais (PDI, PPA, etc)

- A Superintendência de Tecnologia da Informação - STI elaborou o Documento de Formalização de Demanda - DFD, considerando a necessidade explicitada no Processo SEI-UERN:[04410034.001391/2025-32](#), para atendimento às demandas insertas no referido processo para Itens de tecnologia da informação na UERN, conforme Plano de Contratações Anual 2026 sob o código **925543-39/2026**;
- Assim, os serviços elencados no DFD e ETP, estão previstos no PDI, conforme Meta (A) inserida na DIRETRIZ II do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/UERN (PDI).**

4. Requisitos da Contratação:

4.1. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO:

Os objetos desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do Art. 6º, inciso XIII da lei 14.133 - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, e não têm natureza continuada.

4.2. Duração Inicial do Contrato e da Ata:

O prazo de vigência da **Ata de Registro** de preços será de 1 (um) ano, contado da publicação, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que respeitado o disposto no Artigo 179 e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 32.449/2023, do Rio Grande do Norte.

O prazo de vigência do contrato será de 2 (dois) anos, conforme previsto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Sustentabilidade:

4.3.1 Considerando o "Guia de Contratações Sustentáveis", 8º Ed. Ano. 2025. Disponível em: [https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao\\_2025\\_do\\_gui\\_a\\_final\\_para\\_cop30.pdf/](https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao_2025_do_gui_a_final_para_cop30.pdf/).

4.4. Padrões mínimos de qualidade:

Todos os softwares fornecidos devem conter do devido licenciamento em conformidade com o exigido pela legislação atual e descrições insertas na tabela 2, Item 8.1;

As dúvidas sobre as especificações, conteúdo e demais aspectos que se refiram aos itens das aquisições deverão ser dirimidas junto à PROAD, no e-mail "dlc@uern.br"e "scd.dis@uern.br".

4.5. Transição Contratual:

Não se aplica

4.6. Da Qualificação técnica:

A exigência de atendimento inciso VI do artigo 67 da Lei 14.133/2021, como critério de qualificação técnica para o fornecimento do objeto, demonstra uma preocupação da Administração Pública em garantir a seleção de uma empresa com a devida competência técnica para fornecimento do item demandado, além de assegurar que os softwares fornecidos possuam as características demandadas e fornecidas por empresa devidamente certificada e autorizada para o fornecimento do objeto.

**Da análise de requisitos:**

**Inciso VI:** A exigência de uma declaração de que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e condições do contrato visa assegurar que a empresa está ciente de suas obrigações e responsabilidades, minimizando o risco de futuras divergências e conflitos.

4.7. Relevância dos requisitos estipulados:

A relevância das especificações dos itens descritos e elencados neste documento e no DFD ( Id.[38728144](#)), são consideráveis e não devem ser suprimidas, sob a possibilidade de não contratação da solução adequada para o atendimento das demandas desta superintendência.

4.8 Do regime de execução aplicável à contratação em tela:

Será conforme o Art. 6º, XXVIII da Lei 14.133/2021, conforme segue: "XXVIII - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas". Consideramos o respectivo regime de contratação em virtude de sua natureza. Pois não restringe a participação nem prejudica a economia de escala.

4.9. Da necessidade de vistoria

Considerando as características do objeto da contratação não haverá necessidade de realização de vistoria.

5. Estimativa das Quantidades e memória de cálculo

5.1 Da quantidade demandada:

As demandas foram levantadas pelas próprias unidades requisitantes, considerando suas necessidades operacionais, pedagógicas, administrativas e técnicas, de modo a possibilitar o atendimento adequado às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária. O ETP informa que esse processo contou com ampla participação da comunidade universitária, permitindo que as estimativas refletissem não apenas a demanda atual, mas também projeções de crescimento, modernização e continuidade dos serviços institucionais.

A memória de cálculo dos quantitativos encontra-se demonstrada na composição da Tabela 2 do ETP, na qual são discriminados, por item, a descrição da solução, a unidade solicitante, a unidade de fornecimento, a requisição mínima, a reserva técnica e o quantitativo total estimado. Assim, para cada software ou solução tecnológica, o quantitativo total decorre da soma entre a demanda mínima identificada pelas unidades requisitantes e a reserva técnica estabelecida para assegurar margem de atendimento a necessidades institucionais previsíveis, continuidade operacional e eventual expansão de uso durante a vigência da ata de registro de preços. Exemplificativamente, a renovação de licenças Adobe Creative Cloud teve demanda mínima de 42 unidades e reserva técnica de 42 unidades, totalizando 84 licenças; as licenças Freepik Premium+ tiveram requisição mínima de 01 unidade e reserva técnica de 02 unidades, totalizando 03 licenças; as licenças CapCut Pro tiveram requisição mínima de 04 unidades e reserva técnica de 04 unidades, totalizando 08 licenças; e as licenças Microsoft Windows 11 PRO ou superior tiveram requisição mínima de 10 unidades e reserva técnica de 50 unidades, totalizando 60 licenças. O mesmo critério foi aplicado aos demais itens constantes da Tabela 2 do ETP, preservando a correlação entre a necessidade informada, a unidade solicitante e o quantitativo estimado.

Dessa forma, a estimativa das quantidades não decorreu de mera projeção abstrata, mas da consolidação das solicitações apresentadas pelos setores demandantes, acrescida de reserva técnica justificada pela necessidade de garantir disponibilidade, padronização, continuidade dos serviços, eventual ampliação do uso institucional e mitigação de riscos decorrentes de insuficiência de licenças durante a vigência da contratação. Ressalta-se, ainda, que a contratação foi planejada por meio do Sistema de Registro de Preços, o que confere maior racionalidade à Administração, uma vez que permite a contratação conforme a necessidade efetiva, sem obrigatoriedade de aquisição imediata da totalidade dos quantitativos registrados. Tal sistemática reduz o risco de desperdício, preserva a economicidade e assegura flexibilidade para atendimento das demandas institucionais ao longo da vigência da ata.

Portanto, recomenda-se que o ETP seja complementado para explicitar que a memória de cálculo dos quantitativos adotou a seguinte metodologia: identificação das demandas pelas unidades requisitantes no Orçamento Participativo 2026; consolidação das necessidades por item e por unidade solicitante; definição da requisição mínima indispensável ao atendimento imediato; inclusão de reserva técnica para assegurar continuidade, expansão e padronização do uso institucional; e apuração do quantitativo total pela soma da requisição mínima com a respectiva reserva técnica.

Assim, entende-se demonstrada a relação objetiva entre a demanda prevista e os quantitativos estimados para a contratação, em conformidade com o planejamento da Administração e com a necessidade de evitar tanto a subestimação quanto a superestimação dos quantitativos, promovendo eficiência, economicidade, padronização e adequado atendimento ao interesse público.

5.2 Justificativa para cessão de Soluções de Software – 2026

Considerando as diversas demandas institucionais oriundas de diferentes setores administrativos e acadêmicos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), torna-se necessária a aquisição de distintas soluções de software, com o objetivo de garantir a continuidade, modernização e eficácia das atividades-fim e meio da instituição. A estimativa da quantidade de equipamentos foi elaborada com base nas demandas identificadas pelas diversas unidades acadêmicas e administrativas da UERN, conforme estabelecido no processo do **Orçamento Participativo**. Esse mecanismo democrático permitiu que as próprias unidades realizassem um planejamento detalhado, orientado por suas reais necessidades operacionais e pedagógicas, garantindo que os recursos alocados atendam de forma eficiente e estratégica os diferentes setores da instituição;

O processo envolveu uma ampla participação da comunidade universitária, que contribuiu ativamente com informações, diagnósticos e sugestões baseadas em sua experiência cotidiana e nas especificidades de suas funções. Essa escuta qualificada assegura que as estimativas reflitam não apenas a demanda atual, mas também as projeções de crescimento e modernização da UERN nos próximos anos; A colaboração intersetorial no levantamento das necessidades foi essencial para alinhar as projeções de aquisição com o uso efetivo dos equipamentos, evitando distorções como a subutilização de recursos ou a carência de infraestrutura crítica. Assim, as quantidades previstas contemplam tanto a reposição de equipamentos obsoletos quanto a ampliação da capacidade tecnológica, promovendo escalabilidade, flexibilidade e aderência às inovações tecnológicas emergentes no ensino superior;

O **Orçamento Participativo** também proporcionou uma análise criteriosa do estado atual dos equipamentos, da urgência na renovação do parque tecnológico e da necessidade de expansão para atender às novas demandas institucionais. Esse planejamento cuidadoso previne tanto a escassez quanto o excesso de equipamentos, promovendo uma gestão eficiente e racional dos recursos;

Em síntese, as estimativas apresentadas resultam de um processo participativo, técnico e realista, voltado para a qualificação contínua da infraestrutura de TI da UERN. O objetivo é maximizar o impacto dos investimentos, fortalecer as condições de ensino, pesquisa e gestão, e assegurar que a universidade esteja preparada para os desafios tecnológicos do presente e do futuro.

5.2 Da memória de cálculo:

O valor estimado para a aquisição dos itens demandados, seguem conforme Item 07 deste documento.

6. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar

No levantamento preliminar de mercado, foi considerada, inicialmente, a possibilidade de utilização de softwares gratuitos, livres ou de código aberto para atendimento das demandas institucionais apresentadas pelas unidades acadêmicas e administrativas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Tal alternativa foi analisada por representar, em princípio, menor dispêndio direto para a Administração, possibilitando a alocação de recursos públicos em outras necessidades institucionais.

Entretanto, a **análise técnica das demandas demonstrou que a adoção exclusiva de soluções gratuitas ou livres não se revelou suficiente para atender, de forma integral, segura e eficiente, às necessidades específicas dos setores requisitantes**. Embora tais ferramentas possam ser úteis em determinados contextos, verificou-se que, para as finalidades pretendidas pela UERN, diversas soluções gratuitas apresentam limitações funcionais, restrições de uso institucional, ausência de suporte técnico especializado, menor integração com sistemas e fluxos de trabalho já utilizados, além de eventuais riscos relacionados à segurança da informação, à continuidade dos serviços e à conformidade com requisitos técnicos mínimos. Nesse sentido, não se trata de afastamento genérico ou absoluto das soluções gratuitas, mas de análise vinculada às necessidades concretas da Administração. As demandas apresentadas envolvem atividades especializadas, tais como produção audiovisual, comunicação institucional, editoração, design gráfico, análise estatística, análise qualitativa de dados, elaboração de projetos técnicos, modelagem BIM, controle processual, licenciamento de sistemas operacionais e certificação digital. Tais atividades exigem ferramentas com funcionalidades específicas, compatibilidade com padrões de mercado, regularidade de licenciamento, suporte técnico, atualizações, segurança, disponibilidade e estabilidade operacional.

Além disso, constatou-se que, em alguns casos, soluções aparentemente gratuitas deixam de sê-lo quando utilizadas em ambiente institucional, corporativo, educacional ou governamental, passando a exigir assinatura, licenciamento, cadastro institucional, contratação de plano específico ou adesão a modelo “shareware”. Assim, a simples existência de versão gratuita não implica, necessariamente, viabilidade técnica, jurídica ou econômica para uso pela Administração Pública, especialmente quando há restrições quanto à finalidade de uso, número de usuários, armazenamento, suporte, exportação de arquivos, colaboração em equipe, privacidade dos dados ou uso comercial/institucional.

Também foram considerados os riscos decorrentes da ausência de suporte técnico formal. Em ambiente institucional, a indisponibilidade de suporte pode ocasionar atrasos na solução de falhas, paralisação de atividades, perda de produtividade, incompatibilidade entre versões, dificuldades de instalação e atualização, bem como aumento da dependência de soluções improvisadas pela equipe interna de TI. Esses fatores podem gerar custos indiretos relevantes para a Administração, ainda que a ferramenta não possua custo inicial de aquisição. Sob o aspecto da segurança da informação, a adoção de softwares sem garantias mínimas de atualização, suporte, correção de vulnerabilidades, controle de acesso, conformidade com políticas institucionais e proteção de dados pode representar risco à integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações tratadas pela Universidade. Tal aspecto assume especial relevância considerando que a UERN lida com dados acadêmicos, administrativos, documentos institucionais, certificados, projetos técnicos, informações pessoais e conteúdos sensíveis vinculados às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Dessa forma, a escolha pelas soluções objeto da contratação decorre da necessidade de assegurar maior aderência técnica às demandas apresentadas, regularidade no licenciamento, continuidade operacional, compatibilidade com os fluxos institucionais, suporte técnico adequado, atualização das ferramentas, segurança da informação e padronização mínima entre os setores usuários. A opção pela cessão de direito de uso dos softwares demandados também se justifica pela possibilidade de atendimento direto às necessidades indicadas pelas unidades requisitantes, evitando a adoção de ferramentas que, embora gratuitas, poderiam não entregar os resultados esperados ou gerar custos indiretos superiores no decorrer da execução. Ressalta-se que a Administração deverá, sempre que possível, realizar a análise comparativa entre alternativas disponíveis no mercado para cada grupo de solução demandada, considerando softwares gratuitos, livres, comerciais, soluções em nuvem, licenças por assinatura, licenças perpétuas, modelos educacionais, contratações por usuário, por dispositivo ou por volume, bem como eventuais alternativas equivalentes. Essa comparação deve observar critérios como funcionalidades mínimas, compatibilidade técnica, suporte, segurança, escalabilidade, custo total de propriedade, prazo de licenciamento, atualizações, treinamento, condições de uso institucional e aderência às necessidades dos setores demandantes.

SOLUÇÃO PREVISTA	POSSÍVEIS ALTERNATIVAS GRATUITAS/LIVRES	COMPARAÇÃO TÉCNICA E JUSTIFICATIVA
Renovação de licença de uso do Adobe Creative Cloud para instituições de ensino	GIMP, Inkscape, Scribus, Krita, DaVinci Resolve versão gratuita, Blender	As alternativas gratuitas atendem parcialmente a atividades de edição de imagem, ilustração vetorial, diagramação, vídeo e criação visual. O GIMP é apresentado como editor de imagem gratuito e de código aberto, e o Inkscape como editor vetorial livre, sendo úteis para demandas pontuais. Contudo, o Adobe Creative Cloud reúne, em pacote integrado, aplicações profissionais como Photoshop, Illustrator, InDesign, Premiere Pro, After Effects, Acrobat Pro e outras, com integração entre softwares, fluxo colaborativo, recursos avançados, padronização de arquivos e ampla adoção no mercado de comunicação, design e produção audiovisual. Assim, para setores que demandam produção institucional contínua, peças gráficas complexas, edição audiovisual e compatibilidade com arquivos profissionais, as alternativas gratuitas não substituem integralmente a solução comercial.
Licença Anual Freepik Premium+	Bancos gratuitos como Pixabay, Pexels, Unsplash, Wikimedia Commons e recursos gratuitos do próprio Freepik	As alternativas gratuitas podem atender demandas simples de imagens, ícones e vetores. Entretanto, usualmente possuem menor variedade de ativos premium, limitações de licença, menor padronização visual e necessidade de conferência individual das permissões de uso. O Freepik Premium+ amplia o acesso a banco de imagens, vetores, modelos e recursos gráficos com condições mais adequadas para produção institucional recorrente, reduzindo tempo de busca e riscos de uso inadequado de ativos protegidos.
Licença Anual CapCut Pro	CapCut gratuito, DaVinci Resolve gratuito, Shotcut, Kdenlive, OpenShot	As alternativas gratuitas permitem edição básica e intermediária de vídeos. Todavia, versões gratuitas podem conter limitações quanto a recursos avançados, exportações, armazenamento, templates, efeitos, inteligência artificial, legendagem automática, banco de mídia e colaboração. Para demandas institucionais de comunicação ágil, redes sociais, vídeos educacionais e divulgação, a versão Pro pode oferecer maior produtividade, padronização e recursos prontos, reduzindo retrabalho.
Licença Anual Canva Pro	Canva gratuito, GIMP, Inkscape, Scribus, LibreOffice Draw	As alternativas gratuitas possibilitam criação de peças simples, edição gráfica e diagramação básica. Contudo, o Canva Pro oferece ambiente online colaborativo, modelos institucionais, biblioteca ampliada, redimensionamento, recursos de marca, banco de imagens e facilidade de uso por usuários não especializados. Para setores administrativos e de comunicação que necessitam produzir peças com agilidade e padronização visual, a versão paga pode ser mais eficiente que ferramentas livres isoladas.
IBM SPSS Statistics	R, Jamovi, JASP, SPSS	R é ambiente gratuito para computação estatística e gráficos; Jamovi é alternativa gratuita voltada a análises estatísticas com interface amigável; e JASP é programa estatístico aberto e gratuito. Essas soluções podem atender ensino, pesquisa e análises estatísticas comuns. Contudo, o SPSS possui tradição de uso em pesquisas acadêmicas, interface consolidada, compatibilidade com bases e rotinas já utilizadas, documentação ampla, suporte comercial e recursos avançados integrados. Para setores com usuários já capacitados no SPSS ou que dependam de compatibilidade com bases, sintaxes e metodologias previamente adotadas, a substituição por ferramentas gratuitas pode exigir treinamento, migração e validação metodológica
Pacote CorelDRAW Graphics Suite	Inkscape, GIMP, Krita, Scribus	Inkscape e GIMP são alternativas livres adequadas para criação vetorial e edição de imagens. Entretanto, o CorelDRAW possui recursos profissionais integrados de ilustração vetorial, editoração, fechamento de arquivos gráficos, compatibilidade com formatos usados por gráficas e fluxo consolidado em design institucional. Caso os

		setores demandantes já utilizem arquivos em formatos proprietários ou necessitem de compatibilidade com fornecedores gráficos, a solução comercial se mostra tecnicamente mais segura.
Microsoft 365 Business – Licença Anual	LibreOffice, ONLYOFFICE, Google Workspace gratuito limitado, Nextcloud com Collabora/ONLYOFFICE	As alternativas gratuitas podem atender edição local ou colaboração básica, mas o Microsoft 365 agrega suite de escritório, armazenamento em nuvem, colaboração, e-mail, Teams, gestão de usuários, segurança, controle administrativo e integração com ecossistema Microsoft. Para uso institucional com múltiplos usuários, controle centralizado, colaboração e suporte, a solução licenciada tende a oferecer maior governança e menor risco operacional.
Software para análise de dados MAXQDA	QDA Miner Lite, Taguette, QualCoder, RQDA	Alternativas gratuitas podem atender análise qualitativa básica, codificação simples e organização de dados textuais. O QDA Miner Lite, por exemplo, é versão gratuita voltada à análise qualitativa de textos e imagens. Contudo, o MAXQDA oferece ambiente mais completo para análise qualitativa, métodos mistos, codificação avançada, visualizações, relatórios, importação de múltiplos formatos e suporte a pesquisas acadêmicas complexas. Para grupos de pesquisa com necessidade de análise robusta, rastreabilidade metodológica e recursos avançados, as alternativas gratuitas podem ser insuficientes.
AutoCAD LT 2026	LibreCAD, FreeCAD, QCAD Community Edition	Alternativas livres podem atender desenhos 2D simples e modelagem paramétrica básica. O FreeCAD é modelador paramétrico 3D de código aberto voltado ao desenho de objetos reais. Contudo, o AutoCAD LT é amplamente utilizado em projetos técnicos 2D, possui compatibilidade consolidada com arquivos DWG, precisão, padronização de layers, impressão técnica e interoperabilidade com profissionais e empresas de engenharia e arquitetura. Para setores que trabalham com projetos institucionais, plantas, reformas e documentação técnica, a compatibilidade com DWG e padrões de mercado pode justificar a solução comercial.
Software especializado para elaboração de orçamentos de obras e serviços de engenharia	Planilhas em LibreOffice/Excel, OpenProject, ferramentas livres de gerenciamento de projetos	Alternativas gratuitas podem auxiliar no controle de etapas, cronogramas e planilhas de custos. O OpenProject possui edição comunitária gratuita para gestão de projetos e colaboração. Contudo, softwares especializados de orçamento de obras geralmente integram bases como SINAPI, composições, BDI, curva ABC, relatórios, memórias de cálculo e atualização de insumos. Planilhas ou ferramentas genéricas exigem maior trabalho manual, aumentam risco de erro e não substituem integralmente sistemas próprios para orçamento de engenharia
Licenças de uso de software BIM	FreeCAD, BlenderBIM/IfcOpenShell, OpenProject BIM, Blender	Alternativas livres podem atender modelagem, visualização IFC e colaboração BIM em determinados contextos. Blender é suite 3D livre e aberta, e FreeCAD permite modelagem paramétrica. Contudo, softwares BIM comerciais normalmente oferecem recursos mais maduros para compatibilização de projetos, documentação técnica, famílias/objetos, interoperabilidade com escritórios externos, suporte, treinamento e fluxos profissionais de arquitetura, engenharia e construção. Para adoção institucional em projetos de obras, a escolha comercial pode ser justificada pela necessidade de confiabilidade, suporte e compatibilidade técnica.
Software para Controle Processual	Planilhas, Trello gratuito, sistemas públicos dos tribunais, controle manual, OpenProject	Alternativas gratuitas podem auxiliar em controle simples de prazos e tarefas. Contudo, softwares jurídicos especializados oferecem cadastro de processos, leitura de diários, captura de movimentações, alertas, banco de documentos, robôs de consulta e integração com tribunais. Para Núcleo de Prática Jurídica ou setor com acompanhamento processual recorrente, controle manual ou planilhas podem gerar risco de perda de prazo, retrabalho e falhas de acompanhamento.
Licença Microsoft Windows 11 PRO ou superior, licenciamento perpétuo	Ubuntu, Debian, Fedora, Linux Mint	Sistemas Linux são alternativas gratuitas e de código aberto, sendo o Ubuntu apresentado oficialmente como sistema operacional open source para desktops, servidores e nuvem. Contudo, a substituição do Windows pode gerar incompatibilidade com softwares institucionais, drivers, sistemas legados, aplicações Microsoft, ferramentas administrativas e rotinas de suporte já consolidadas. Quando o parque computacional e os sistemas utilizados dependem de ambiente Windows, a licença comercial se justifica pela compatibilidade, padronização, segurança e continuidade operacional.
Certificação SSL/TLS OV Wildcard Raiz Internacional domínio (*.uern.br)	Let’s Encrypt, ZeroSSL gratuito limitado, OpenSSL para geração de chaves/CSR	Alternativas gratuitas podem fornecer certificados DV e ferramentas criptográficas. OpenSSL é toolkit aberto para TLS e criptografia. Entretanto, a demanda indicada refere-se a certificado OV Wildcard, com validação organizacional, cobertura de subdomínios, suporte, reemissão, painel de gestão, reconhecimento em navegadores e garantia de uso institucional. Certificados gratuitos geralmente são DV, não OV, possuem validade curta e exigem automação/gestão técnica contínua. Para domínio institucional, a contratação de certificado OV Wildcard pode ser justificada pela validação organizacional, suporte e governança de certificados.

Portanto, a decisão pela contratação das soluções de software indicadas mostra-se tecnicamente justificada e economicamente adequada, desde que acompanhada da devida instrução comparativa no processo, demonstrando que a solução escolhida atende de forma mais eficiente, segura e vantajosa ao interesse público. Tal complementação fortalece o planejamento da contratação, amplia a transparência da decisão administrativa, preserva a competitividade do certame e atende ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, quanto à necessidade de levantamento de mercado e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

7. Estimativa preliminar de preços:

Tabela 1				
Solução	Descrição	Qtd.	Vlr. unit.	Valor Total
01	Renovação de licença de uso do Adobe Creative Cloud para instituições de ensino:	84	R\$ 5.755,85	R\$ 483.491,40
02	Licença Anual Freepik Premium+	03	R\$ 1.459,58	R\$ 4.378,74
03	Licença Anual CapCut Pro	08	R\$ 504,31	R\$ 4.034,48
04	Licença Anual Canva Pro	05	R\$ 500,28	R\$ 2.501,40
05	IBM SPSS Statistics	05	R\$ 9.009,16	R\$ 45.045,80
06	Pacote CorelDRAW Graphics Suite	03	R\$ 2.863,92	R\$ 8.591,76
07	Pacote Office business "versão mais atual" Permanente Vitalício	08	R\$ 1.318,43	R\$ 10.547,44
08	Microsoft 365 Business - Licença Anual	10	R\$ 1.617,72	R\$ 16.177,20
09	Software para análise de dados MAXQDA	05	R\$ 2.122,04	R\$ 10.610,20
10	Autocad LT 2026	18	R\$ 3.647,01	R\$ 65.646,18
11	Licenças de um software especializado para a elaboração de orçamentos de obras e serviços de engenharia,	09	R\$ 6.072,26	R\$ 54.650,34
12	Licenças de uso de software BIM (Building Information Modeling)	18	R\$ 10.211,61	R\$ 183.808,98
13	Software para Controle Processual	03	R\$ 11.505,55	R\$ 34.516,65
14	Licença Microsoft Windows 11 PRO ou superior(licenciamento perpétuo) fornecido através de MPSA FQC-10572	60	R\$ 1.511,11	R\$ 90.666,60
15	Certificação SSL/TLS OV Wildcard Raiz Internacional domínio ( *.uern.br)	02	R\$ 1.246,60	R\$ 2.493,20
TOTAL				R\$ 1.017.160,37

Esclarece-se que a estimativa do valor da contratação foi inicialmente estruturada no Estudo Técnico Preliminar a partir da consolidação dos itens demandados pelas unidades acadêmicas e administrativas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, no âmbito do Orçamento Participativo 2026, contemplando as soluções de software necessárias ao atendimento das atividades institucionais de ensino, pesquisa, extensão, gestão administrativa, comunicação, engenharia, análise de dados, segurança da informação e suporte tecnológico.

Conforme consta no ETP, a contratação tem por objeto o registro de preços para cessão do direito de uso de softwares, tendo sido identificadas demandas institucionais para diversas soluções, tais como Adobe Creative Cloud, Freepik Premium+, CapCut Pro, Canva Pro, IBM SPSS Statistics, CorelDRAW Graphics Suite, licenças Microsoft, MAXQDA, AutoCAD LT, software para orçamento de obras, software BIM, software de controle processual, Windows 11 PRO e certificado SSL/TLS OV Wildcard. O documento apresenta, na Tabela 1, a relação de cada solução, seus respectivos quantitativos, valores unitários estimados e valores totais, alcançando o montante global preliminar de **R\$ 1.017.160,37**.

A estimativa de valor foi calculada mediante a multiplicação do quantitativo previsto para cada item pelo respectivo valor unitário estimado, obtendo-se, ao final, o somatório dos valores totais de todos os itens constantes da contratação. Assim, por exemplo, para a renovação de 84 licenças Adobe Creative Cloud, foi considerado o valor unitário de R\$ 5.755,85, resultando em R\$ 483.491,40; para 18 licenças de software BIM, foi considerado o valor unitário de R\$ 10.211,61, resultando em R\$ 183.808,98; e para 60 licenças Microsoft Windows 11 PRO ou superior, foi considerado o valor unitário de R\$ 1.511,11, resultando em R\$ 90.666,60. O mesmo critério de cálculo foi aplicado aos demais itens descritos na Tabela 1 do ETP.

Desse modo, a memória de cálculo do valor estimado pode ser sintetizada pela seguinte fórmula: **quantidade estimada do item x valor unitário de referência = valor total estimado do item**, sendo o valor global da contratação correspondente à soma dos valores totais de todos os itens. A aplicação dessa metodologia permite verificar objetivamente a composição do montante preliminar da contratação, garantindo rastreabilidade entre os quantitativos definidos no planejamento e o orçamento estimado.

Registre-se, ainda, que os valores constantes do ETP deverão estar lastreados em pesquisa de preços realizada em conformidade com a legislação aplicável, especialmente com o art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que exige a estimativa do valor da contratação acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte. Recomenda-se, portanto, que a Pasta faça constar nos autos, ainda que em documento anexo específico, as fontes utilizadas para formação dos preços de referência, tais como contratações públicas similares, sistemas oficiais de pesquisa de preços, painéis governamentais, propostas de fornecedores, cotações de mercado, valores praticados por fabricantes ou distribuidores autorizados e eventuais contratos anteriores da Administração.

Além disso, considerando a natureza do objeto, consistente na cessão de direito de uso de softwares, recomenda-se que a pesquisa de preços observe as peculiaridades do mercado de licenciamento, tais como modalidade de licença, prazo de vigência, número de usuários, tipo de contratação, suporte técnico, atualizações, versão do software, treinamento quando aplicável, forma de disponibilização, condições de garantia e eventual exigência de fornecimento por revendedor autorizado. Tais elementos são relevantes para evitar comparações inadequadas entre produtos ou modelos de contratação distintos.

Assim, para fins de complementação do ETP, sugere-se registrar que a estimativa preliminar do valor da contratação foi apurada com base nos quantitativos consolidados no planejamento e nos valores unitários referenciais levantados para cada solução, devendo a documentação comprobatória da pesquisa de preços ser juntada aos autos, com indicação das fontes consultadas, valores obtidos, critérios de seleção dos preços válidos e metodologia utilizada para definição do preço estimado.

Dessa forma, a Administração demonstra a correlação entre a demanda prevista, os quantitativos estimados e o valor global da contratação, conferindo maior transparência, segurança jurídica, economicidade e aderência ao disposto no art. 18, §1º, VI, da Lei nº 14.133/2021. A complementação sugerida também permite evidenciar que o montante de **R\$ 1.017.160,37** decorre de cálculo objetivo e verificável, vinculado aos itens efetivamente demandados e às respectivas estimativas unitárias de mercado.

8. Descrição da Solução como um todo:

8.1 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO



Tabela 2 - Lista de Itens								
Item	Descrição	Solicitante	Und.	Requisição mínima	Reserva técnica	Total	Valor unitário	Valor Total
01	<b>Renovação de licença de uso do Adobe Creative Cloud para instituições de ensino:</b>  Licenciamento mínimo: 01 ano; Tipo de licenciamento: Por usuário; Disponibilidade de armazenamento em Nuvem: Mínimo de 100GB; Softwares inclusos no pacote: Acrobat Pro; Photoshop; Illustrator; InDesign; Premiere Pro; After Effects; Lightroom; XD; Animate; Lightroom Classic; Dreamweaver; Dimension; Audition; Premiere Rush; InCopy; Character Animator; Capture; Fresco; Bridge; Photoshop Camera; Media Encoder; Aero; Lightroom Web; Scan; Fill & Sign; Acrobat Reader; Disponibilidade de gerenciamento de licenças: Sim; Durante o período de vigência das licenças, deverão ser gratuitamente fornecidas pelo fabricante todas as atualizações disponíveis; Suporte: 24 Horas Online. Id. do contrato: CD5C6B250B1FC5160FEA  OBS: O procedimento licitatório adotará o modelo de ampla concorrência <b>considerando os termos do licenciamento Adobe "especialização em governo"</b> ( <a href="https://express.adobe.com/page/vYURQqMipzyBd/">https://express.adobe.com/page/vYURQqMipzyBd/</a> )	UERNTV(05); AGECOM(07); EDUERN(11); DECOM(18) PROEX(01)	Und.	42	42	84	R\$ 5.755,85	R\$ 483.491,40
02	<b>Licença Anual Freepik Premium+</b>	AGECOM	Und.	01	02	03	R\$ 1.459,58	R\$ 4.378,74
03	<b>Licença Anual CapCut Pro</b>	AGECOM	Und.	04	04	08	R\$ 504,31	R\$ 4.034,48
04	<b>Licença Anual Canva Pro</b>	AGECOM	Und.	01	04	05	R\$ 500,28	R\$ 2.501,40
05	<b>IBM SPSS Statistics</b> Licença de 12 meses. Software para análise de dados quantitativos. Realiza tabulações cruzadas. ( Statistical Package for Social Science)A plataforma IBM SPSS oferece análise estatística avançada, uma vasta biblioteca de algoritmos de aprendizado de máquina, análise de texto, extensibilidade de código aberto, integração com big data e implementação perfeita em aplicativos. A facilidade de uso, a flexibilidade e a escalabilidade deixam o SPSS acessível aos usuários de todos os níveis de habilidade. Além disso, ele é adequado para projetos de todos os tamanhos e níveis de complexidade, oferecendo novas oportunidades, melhorar a eficiência e minimizar os riscos na realização de pesquisa na área das ciências sociais aplicadas. (Uso para realização de pesquisas quantitativas)	FAFIC	Und.	01	04	05	R\$ 9.009,16	R\$ 45.045,80
06	<b>Pacote CorelDRAW Graphics Suite – Licença Permanente</b> Descrição Técnica: Licença original e definitiva do software CorelDRAW Graphics Suite, destinada ao uso institucional para design gráfico, criação de vetores, diagramação e edição de imagens. Características mínimas obrigatórias: Licença perpétua/pagamento único, com chave de ativação definitiva e sem limite de validade. Compatível com Windows 10 ou superior e/ou macOS (versão compatível).Permite uso em 1 dispositivo por licença, com ativação offline ou online.Idioma: Português (Brasil).Versão mínima: CorelDRAW Graphics Suite 2021 ou superior. Inclui, no mínimo, os seguintes aplicativos: CorelDRAW Corel PHOTO-PAINT Corel Font Manager Corel PowerTRACE Corel CONNECT Corel CAPTURE Compatibilidade com formatos de arquivos: CDR, AI, PSD, PDF, JPG, PNG, SVG, EPS, TIFF, entre outros. Acesso a biblioteca de fontes, modelos e vetores. Suporte técnico básico incluso (online). Manual de instalação ou link para download fornecido.	PROEX	Und.	01	02	03	R\$ 2.863,92	R\$ 8.591,76
07	<b>Pacote Office business</b> "versão mais atual" Permanente Vitalício A disponibilização da licença deve ocorrer via MPSA; A contratada deve ser devidamente certificada para venda de produtos Microsoft e constar como <a href="#">Distribuidor autorizado</a> , ou <a href="#">Provedor de soluções</a> , já apresentando a documentação de comprovação.	FE	Und.	04	04	08	R\$ 1.318,43	R\$ 10.547,44
08	<b>Microsoft 365 Business - Licença Anual</b>  Versão mais atual disponibilizada pela Microsoft; Licenciamento mínimo de 1(um) ano a contar da data de ativação; A disponibilização da licença deve ocorrer via MPSA; A contratada deve ser devidamente certificada para venda de produtos Microsoft e constar como <a href="#">Distribuidor autorizado</a> , ou <a href="#">Provedor de soluções</a> , já apresentando a documentação de comprovação.	Pau dos Ferros(01) PROEG(01)	Und.	01	09	10	R\$ 1.617,72	R\$ 16.177,20
09	Software para análise de dados <b>MAXQDA</b> Subscrição Anual Versão Analytcs Pro - Licença de usuário único Academia(Assinatura anual)	Pau dos Ferros	Und.	01	04	05	R\$ 2.122,04	R\$ 10.610,20
10	<b>Autocad LT 2026</b> Cessão de uso temporário de licenças do software <b>Autocad LT 2026</b> ou superior, com validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses, com garantia e suporte técnico;	Superintendência de Obras e Serviços - SOBE(12)	Und.	12	06	18	R\$ 3.647,01	R\$ 65.646,18
11	<b>Licenças de um software especializado para a elaboração de orçamentos de obras e serviços de engenharia, com validade mínima de 12 (doze) meses, de acordo com as bases de preços nacionais e regionais atualizadas - SINAPI</b> , e outras, que atenda a, no mínimo, as seguintes especificações: Elaboração de orçamentos, cronograma físico - financeiro; pesquisa de insumos e composições; composições fracionadas; criação de insumos e composições próprias; elaboração de memoriais de cálculo; curva ABC de insumos e serviços; emissão de relatórios em <i>PDF</i> ; cálculo de BDI; possibilidade de comparação entre orçamentos; gravação de valores de referência nos itens orçados; intercâmbio de serviços e insumos entre diferentes fontes; aplicação de descontos por grupos de insumos; gerenciamento de memorial descritivo; personalização de cabeçalho e timbre; gestão de usuários; possibilidade de revisão dos itens do orçamento.	Superintendência de Obras e Serviços - SOBE(06)	Und.	06	03	09	R\$ 6.072,26	R\$ 54.650,34
12	Licenças de uso de <b>software BIM (Building Information Modeling)</b> , com suporte técnico, cada licença tem duração de 36 (trinta e seis) meses (licença tipo subscription), com treinamento para todos os usuários.	Superintendência de Obras e Serviços - SOBE(12)	Und.	12	06	18	R\$ 10.211,61	R\$ 183.808,98
13	<b>Software para Controle Processual</b> Especificações mínimas: Leitura apenas para o Estado do RN. Cadastro de processos, usuários e clientes de forma ilimitada, acompanhamento de andamentos processuais para até 400 processos, 10 GB de banco de documentos, leituras de Diário, em nome de 1 advogado ou Instituição para o estado RN + Intimações Eletrônicas também para 1 advogado ou Instituição para o RN. Robôs Disponíveis de RN: Rio Grande do Norte PJE RN 1º Grau PJE RN 2º Grau PJE TRF5 RN CRETA TRF5 RN Software; Captura de andamentos processuais 400 processos; 10 Gb de banco de dados; Leitura das Intimações de D.O para o RN: Incluso no Software Leitura das Intimações Eletrônicas (4 Robôs): Modelo de Referência: <b>PROMAB</b> (PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADVOCACIA)	Núcleo de Prática Jurídica - NPJ/FAD	Und.	01	02	03	R\$ 11.505,55	R\$ 34.516,65
14	<b>Licença Microsoft Windows 11 PRO ou superior(licenciamento perpétuo) fornecido através de MPSA FQC-10572</b> A contratada deve ser devidamente certificada para venda de produtos Microsoft e constar como <a href="#">Distribuidor autorizado</a> , ou <a href="#">Provedor de soluções</a> , já apresentando a documentação de comprovação.	STI/Suporte	Und.	10	50	60	R\$ 1.511,11	R\$ 90.666,60
15	<b>Certificação SSL/TLS OV Wildcard Raiz Internacional domínio ( *.uern.br)</b> Certificado digital SSL do tipo WILDCARD para servidores WEB; Certificado tipo WILDCARD, que permite certificar um único domínio e seus subdomínios; Certificado de validação organizacional completa SSL OV (Organization Validated); Instalação em servidor adicional sem custo e ilimitado; Licença de uso do mesmo certificado em ilimitados servidores e/ou equipamentos; Reemissão gratuita e ilimitada durante o período de validade do certificado; Utilizar algoritmo de criptografia SHA-256; Suportar chaves RSA com 2048 bits; Ser compatível com o protocolo SSL- Secure Sockets Layer, versões SSLv2, SSLv3, TLS — Transport Layer Security na versão TLSv1 (SSLv3. I) e HTTPS; Compatível com 100% dos servidores WEB que suportem os protocolos SSL e TLS, dentre eles podemos explicitar Apache, Microsoft Internet Information Services, Nginx e A10; Ser reconhecido por todos os navegadores web que suportem Certificados SSL/TLS, sem a necessidade de nenhuma intervenção manual do usuário ou instalação de cadeias adicionais; Compatível com dispositivos móveis, celulares, smartphones e tablets; Possuir selo de segurança Site Seguro; Verificação do status do Certificado em tempo real (OCSP); Possuir conformidade WebTrust; Incluir prestação de suporte técnico remoto, via telefone, e-mail, chat e/ou website, por equipe de técnicos especializados, para esclarecimento de dúvidas técnicas e cadastrais, tais como: geração do CSR, validação da solicitação de compra, instalação do certificado e selo do site seguro e outras necessárias à perfeita execução do objeto contratado; Garantia de reposição do Certificado ou a correção da solicitação pendente, em caso de constatação de erro técnico no CSR, no prazo máximo de 02 (dois) dias após a emissão do mesmo; Validade mínima de 12 (doze) meses Painei de Controle para gestão dos certificados e gerenciamento do tempo de vida; Disponibilizar API para integração com futuras plataformas e para uso interno de sistemas se necessário; Unificar os certificados em um único painel para gerenciamento;	STI/UERN	Und.	01	01	02	R\$ 1.246,60	R\$ 2.493,20

A solução escolhida refere-se à contratação de empresa para cessão de software, conforme condições e características estabelecidas neste instrumento;

- 8.2.1 O endereço de entrega das licenças de uso dos softwares(cessão) a que se refere o item anterior é: Avenida Lauro Monte, nº 340, Bairro Abolição - Mossoró/RN - CEP: 59619-000, podendo o licitante encaminhar via e-mail para os seguintes endereços: "scd.dis@uern.br" e/ou "sti@uern.br" e os itens deverão ser fornecidos em até 30 dias após o envio da Ordem de compra emitida pelo setor responsável;
- 8.2.2 **O licenciamento dos softwares deverão gozar de plena garantia e suporte, conforme estabelecido na legislação vigente. As licenças devem iniciar seus prazos de vigência a partir da data de ativação;**
- 8.2.3 **Os itens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 15 (quinze) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste documento e na proposta;
- 8.2.4 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste documento e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 8.2.5 **Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 8.2.6 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o **recebimento definitivo** no dia do esgotamento do prazo;
- 8.2.7 O recebimento provisório ou definitivo dos bens não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 8.2.8 A cobrança/faturamento pela CONTRATADA fica condicionada à efetiva cessão do software e expressa aceitação pela equipe de fiscalização técnica.
- 8.2.9 Caso o fornecedor entregue parcialmente a quantidade contratada, o faturamento será proporcional à quantidade efetivamente entregue, na proporção do que for aceito pela equipe de fiscalização técnica, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 8.1.10 O prazo fixado poderá ser prorrogado, em caráter excepcional, mediante solicitação fundamentada da contratada, sendo o deferimento resguardado à Administração, que observará critérios de conveniência e oportunidade
- 8.1.11 A contratação deverá ocorrer nos moldes do Sistema Registro de Preços, conforme exigências da legislação vigente.
- 8.1.12 O critério de julgamento deverá ser o de menor preço por item, tendo em vista que a mesma não restringirá o caráter competitivo do certame.

8.3 DA REQUISIÇÃO MÍNIMA

- 8.3.1** Não serão admitidas propostas apenas para a requisição mínima; devendo a mesma, obrigatoriamente, contemplar o total solicitado por item.
- 8.3.2** Justifica-se tal exigência em função das características gerais da lista de itens; que apresenta uma uma grande quantidade de itens com alto quantitativo unitário. Desta feita, permitir proposta parciais poderia tornar o quantitativo remanescente pouco atrativo aos demais fornecedores/licitantes, concorrendo para o seu fracasso.

8.4 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.4.1 Não será permitida a subcontratação, conforme** NOTA TÉCNICA Nº 1/2024/UERN - PROAD - ASSESSORIA/UERN - PROAD/UERN - REITORIA:

*"Artigo 11. Nas contratações da Fuern, somente será permitido a subcontratação para os casos de Obras e Serviços de Engenharia, devendo estar previsto no Estudo Técnico Preliminar da Contratação, nos termos da Legislação.*

*P. Único: Nos casos de serviços em que couber a subcontratação, o demandante deverá fazer constar na Estudo Técnico Preliminar justificativa adequada ao caso concreto, estabelecendo seus limites e condições, inclusive especificando quais parcelas do objeto poderão ser subcontratadas"*

8.5 DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Será dispensada a exigência de garantia contratual, a decisão decorre de análise realizada pela Administração quanto à natureza do objeto, ao valor estimado da contratação, ao modelo de execução, ao nível de risco envolvido e à necessidade de preservar a competitividade do certame. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual constitui faculdade da Administração, devendo ser adotada quando demonstrada sua necessidade e pertinência diante das características do objeto e dos riscos concretos da contratação. No caso em análise, entende-se que a imposição de garantia contratual poderia representar ônus financeiro adicional aos licitantes, especialmente para empresas que, embora possuam capacidade técnica, operacional e comercial para fornecer o objeto pretendido, não disponham de elevada disponibilidade imediata de recursos em caixa ou de limite financeiro junto a instituições bancárias/seguradoras para apresentação de caução, seguro-garantia ou fiança bancária.

Desse modo, a exigência poderia restringir a competitividade do certame, reduzindo o número de potenciais participantes e, consequentemente, limitando a possibilidade de obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração. Tal medida deve ser evitada quando não se mostrar indispensável à adequada proteção do interesse público, sobretudo em contratações cujo objeto não apresenta complexidade, criticidade ou risco contratual em grau suficiente para justificar a imobilização financeira prévia por parte da contratada. Ressalta-se que a dispensa da garantia contratual **não significa ausência de proteção à Administração**, tampouco implica redução da responsabilidade da futura contratada. O contratado permanecerá integralmente obrigado ao fiel cumprimento das condições estabelecidas no edital, no termo de referência, na proposta apresentada e no instrumento contratual, respondendo por eventuais atrasos, falhas, descumprimentos, inexecução parcial ou inexecução total do ajuste.

Além disso, a Administração dispõe de outros mecanismos legais e contratuais suficientes para resguardar o interesse público e minorar eventuais prejuízos, tais como:

- a) acompanhamento e fiscalização da execução contratual por servidor ou comissão designada;
- b) exigência de recebimento provisório e definitivo do objeto, quando aplicável;
- c) possibilidade de rejeição do objeto em desconformidade com as especificações exigidas;
- d) retenção ou glosa de pagamentos em caso de inadimplemento ou execução irregular;
- e) aplicação de multas e demais sanções administrativas previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021;
- f) possibilidade de rescisão contratual nas hipóteses legalmente previstas;
- g) convocação de licitante remanescente, quando cabível;
- h) responsabilização da contratada por perdas e danos decorrentes de sua conduta.

Assim, considerando que os riscos identificados podem ser adequadamente mitigados por meio dos instrumentos ordinários de gestão e fiscalização contratual, a exigência de garantia mostra-se desnecessária e potencialmente restritiva à ampla participação de interessados. Por fim, mantém-se a opção pela **dispensa da exigência de garantia contratual**, por se mostrar medida mais compatível com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da aplicação dos mecanismos legais cabíveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

8.6 DO ÍNDICE DE REAJUSTE

- 8.6.1 O índice de reajuste indicado é o índice de Custo da Tecnologia da informação - ICTI, calculado pelo IPEA;**

**8.6.1.1 Da Justificativa:**

A escolha desse índice justifica-se por se tratar de um indicador oficial, específico para mensurar a variação de preços no setor de tecnologia da informação, abrangendo equipamentos, softwares, serviços técnicos especializados e demais insumos correlatos. Diferentemente de índices de caráter geral. O ICTI reflete de forma mais precisa as oscilações de custos diretamente vinculados ao objeto contratual, garantindo a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro previsto no art. 37, XXI, da Constituição Federal e no art. 40, §2º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Sua utilização assegura maior aderência à realidade do mercado, previsibilidade para a Administração e para a contratada, além de transparência e segurança jurídica, uma vez que é apurado por órgão governamental de reconhecida credibilidade.

8.7 DA FISCALIZAÇÃO

Ao finalizar-se o processo de contratação, a Administração deverá designar um Fiscal técnico, Administrativo e Gestor para análise e verificação da conformidade da disponibilização e devida instalação da solução adquirida.

8.8 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

- 8.8.1 Além dos critérios de habilitação usualmente requeridos, tais como certidões de insolvência, falência e balanço patrimonial; recomenda-se que a licitante atenda ao determinado no Art. 08 da NOTA TÉCNICA Nº 1/2024/UERN - PROAD - ASSESSORIA/UERN - PROAD/UERN - REITORIA, conforme segue:

*"Artigo 8º. A exigência de documentação para comprovação da habilitação econômico-financeira a ser incluída no Termo de Referência e Edital será restrita à apresentação de: I - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;*

*II - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);*

*III - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso I), comprovando; a. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);*

*§1º. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 1% do valor total estimado da contratação.*

*§2º. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).*

*§3º. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;*

*§4º. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped."*

**8.8.2 Da Justificativa:**

A exigência de documentação econômico-financeira justifica-se pela necessidade de assegurar que os licitantes possuam condições de solvência e capacidade financeira para executar o contrato, evitando riscos de inexecução.

A apresentação de certidões negativas de insolvência civil e de falência (Lei nº 14.133/2021, art. 69, II e IN Seges/ME nº 116/2021) garante que a empresa não esteja em situação judicial impeditiva. Já a exigência de balanço patrimonial e demonstrações contábeis (art. 69, I) permite verificar os índices de Liquidez Geral, Corrente e Solvência, que devem ser superiores a 1, assegurando equilíbrio econômico-financeiro.

Como alternativa, admite-se a comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido de 1% do valor estimado da contratação, bem como balanço de abertura para empresas recentes, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Tais medidas visam garantir a **idoneidade financeira dos contratados, transparência e proteção ao interesse público**.

9. Justificativas para o Parcelamento ou não da Solução:

Considerando a demanda apresentada, O critério de julgamento será o de menor preço por item, tendo em vista que a mesma não restringirá o caráter competitivo do certame, muito menos a perda da economia de escala

10. Demonstrativo dos Resultados Esperados:

Considerando a contratação para cessão do direito de uso de softwares, conforme previsto neste Estudo Técnico Preliminar, a Administração deverá adotar, previamente à celebração do contrato e ao início da execução contratual, as providências necessárias para assegurar a correta implantação, disponibilização, fiscalização, gestão e utilização das soluções contratadas pelos setores beneficiados.

Inicialmente, deverá ser realizada a designação formal dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização contratual, contemplando, quando cabível, gestor do contrato, fiscal técnico, fiscal administrativo e demais servidores de apoio. Esses agentes deverão acompanhar a execução do objeto, verificar a conformidade das licenças fornecidas, controlar os prazos de vigência, validar as condições de suporte e atualização, bem como registrar eventuais ocorrências durante a execução contratual. Além da designação formal, recomenda-se que os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual sejam previamente orientados ou capacitados quanto às características do objeto, às obrigações da contratada, aos critérios de recebimento provisório e definitivo, às condições de licenciamento, aos prazos de entrega e ativação, às formas de comprovação da cessão de uso, aos procedimentos de suporte técnico e às hipóteses de aplicação de sanções em caso de descumprimento contratual. Tal providência visa garantir acompanhamento efetivo da contratação e reduzir riscos de falhas na execução.

A Administração também deverá realizar levantamento prévio das condições técnicas necessárias à implantação e utilização das soluções nos setores demandantes, especialmente quanto à disponibilidade de equipamentos compatíveis, sistemas operacionais adequados, capacidade de armazenamento, conectividade de rede, perfis de usuários, contas institucionais, permissões de acesso, políticas de segurança da informação e demais requisitos técnicos indicados pelos fabricantes ou fornecedores. Essa verificação é indispensável para evitar a aquisição ou disponibilização de licenças que não possam ser efetivamente utilizadas em razão de limitações do ambiente tecnológico existente. No caso de softwares instalados localmente, deverá ser verificada a compatibilidade dos computadores de destino com os requisitos mínimos de hardware e sistema operacional, bem como a existência de permissões administrativas para instalação,

ativação e atualização. Para soluções em nuvem ou baseadas em assinatura, deverão ser previamente avaliadas as condições de acesso à internet, gestão de usuários, autenticação, armazenamento, segurança, integração com contas institucionais e conformidade com as políticas internas da UERN.

Deverá ainda ser promovida a articulação entre a Superintendência de Tecnologia da Informação, os setores requisitantes e as unidades beneficiadas, a fim de organizar o cronograma de ativação, distribuição e utilização das licenças, evitando sobreposição de demandas, subutilização, atraso na implantação ou ociosidade das soluções contratadas. A disponibilização das licenças deverá observar a real necessidade de cada setor, a finalidade institucional informada e a capacidade de uso efetivo pelos respectivos usuários. Quando necessário, a Administração deverá providenciar treinamento, orientação técnica ou repasse de informações aos usuários finais, especialmente nos casos de softwares especializados, como ferramentas de análise de dados, editoração, engenharia, modelagem BIM, controle processual, certificação digital e demais soluções que demandem conhecimento específico. Essa medida contribui para o uso adequado das ferramentas, maximização dos benefícios esperados e redução de retrabalho ou dependência excessiva de suporte técnico.

Também se recomenda a elaboração de controles internos para acompanhamento da utilização das licenças, contendo, sempre que possível, informações sobre setor beneficiado, usuário responsável, data de ativação, prazo de vigência, modalidade de licenciamento, condições de suporte, necessidade de renovação e eventual disponibilidade para redistribuição. Esse controle permitirá à Administração avaliar o nível de utilização das soluções, prevenir vencimentos não acompanhados, evitar desperdícios e subsidiar futuras contratações. Para a plena consecução dos resultados esperados, faz-se necessária a manutenção de canais de comunicação eficazes entre a contratada, a fiscalização contratual, a área técnica de TI e os setores usuários, de modo a garantir a adequada implantação, operação, manutenção, atualização e solução de eventuais problemas durante toda a vigência contratual.

Recomenda-se, adicionalmente, o estabelecimento de indicadores mínimos de acompanhamento, tais como percentual de licenças ativadas, nível de utilização pelos setores demandantes, tempo de resposta do suporte técnico, estabilidade das soluções, número de ocorrências registradas, aderência aos requisitos técnicos e impacto nos fluxos de trabalho. Esses indicadores permitirão avaliar objetivamente a eficácia das soluções contratadas e verificar se os benefícios previstos estão sendo alcançados.

Ressalta-se, por fim, que os softwares deverão ser utilizados exclusivamente para as finalidades institucionais pactuadas, em estrita observância aos direitos autorais, às condições de licenciamento, às normas de segurança da informação e às demais disposições contratuais e legais aplicáveis, preservando a conformidade jurídica, a economicidade, a eficiência administrativa e a integridade institucional da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

11. Providências a serem adotadas pela Administração:

Após a assinatura do contrato, deverá ser designado fiscais técnicos e administrativos para atuação no recebimento, validação dos requisitos da solução contratada de acordo com os especificados neste documento, seguindo todos os termos definidos no Item 8.2 deste documento.

12. Descrição de possíveis impactos ambientais:

12.1 O ciclo de vida dos softwares a serem adquiridos compreende as etapas de planejamento, seleção da solução, contratação, implantação, utilização, suporte, atualização, renovação ou substituição e encerramento do uso das licenças. Embora se trate de objeto de natureza predominantemente intangível, a contratação de softwares pode gerar impactos ambientais indiretos, especialmente relacionados ao consumo de energia elétrica por equipamentos e centros de dados, à ampliação da demanda por infraestrutura computacional, ao armazenamento e tráfego de dados, ao uso de recursos de processamento, à eventual necessidade de equipamentos complementares, ao descarte de mídias físicas ou dispositivos de autenticação e à obsolescência tecnológica decorrente da incompatibilidade entre sistemas.

12.2 Na fase de planejamento, a Administração deverá identificar a real necessidade institucional, verificar a aderência da solução aos instrumentos de planejamento de TIC, avaliar a existência de softwares já disponíveis no ambiente institucional, mensurar adequadamente o quantitativo de licenças e examinar alternativas técnica e economicamente viáveis. Nessa etapa, o principal impacto ambiental potencial decorre da aquisição superdimensionada, redundante ou incompatível com a infraestrutura existente, o que pode gerar desperdício de recursos públicos, subutilização de licenças, necessidade desnecessária de expansão de infraestrutura computacional e aumento indireto do consumo de energia. Como medida mitigadora, deverão ser priorizados o dimensionamento adequado da demanda, a reutilização de soluções já contratadas quando viável, a consolidação de ferramentas com funcionalidades semelhantes, a adoção de licenciamento compatível com o efetivo uso institucional e a análise do custo total de propriedade durante todo o ciclo de vida da solução.

12.3 Na fase de seleção da solução, deverão ser avaliadas a compatibilidade do software com os sistemas e ambientes tecnológicos da instituição, os requisitos de segurança da informação, privacidade, acessibilidade, interoperabilidade, suporte técnico, atualização, escalabilidade, continuidade operacional e possibilidade de uso em ambiente institucional. Os impactos ambientais potenciais nessa etapa estão relacionados à escolha de soluções que demandem maior capacidade de processamento, armazenamento, tráfego de dados ou substituição prematura de equipamentos, ocasionando maior consumo energético e possível geração futura de resíduos eletroeletrônicos. Para mitigação desses impactos, a Administração deverá priorizar soluções compatíveis com a infraestrutura existente, que não imponham exigências excessivas de hardware, que permitam interoperabilidade com sistemas institucionais, que possuam atualização contínua e que reduzam a necessidade de aquisições complementares de equipamentos.

12.4 Na fase de contratação e disponibilização, o fornecedor deverá assegurar o fornecimento regular das licenças, chaves de ativação, credenciais, acesso à plataforma, documentação técnica, manuais, canais de suporte, garantias de funcionamento e demais recursos necessários ao pleno uso da solução. Quando a contratação envolver solução em nuvem ou no modelo SaaS, deverão ser considerados aspectos relacionados à disponibilidade, confidencialidade, integridade, proteção de dados, portabilidade das informações, continuidade do serviço e condições de encerramento contratual. Os impactos ambientais potenciais relacionam-se ao consumo de energia em data centers, ao armazenamento excessivo de dados, ao uso intensivo de processamento remoto e à dependência de infraestrutura tecnológica de terceiros. Como mitigação, a instituição poderá exigir ou valorizar, quando compatível com o objeto e sem restringir indevidamente a competitividade, soluções com boas práticas de eficiência energética, uso racional de armazenamento, mecanismos de gestão de dados, relatórios de utilização, escalabilidade adequada e possibilidade de ajuste de licenças conforme a demanda real.

12.5 Na fase de implantação, deverão ser realizadas as configurações necessárias, ativação das licenças, integração com sistemas institucionais, definição dos perfis de acesso, parametrização dos ambientes, capacitação dos usuários e validação do funcionamento da solução. Nessa etapa, os possíveis impactos ambientais decorrem de retrabalho, deslocamentos desnecessários, impressões de manuais, uso inadequado da ferramenta, necessidade de reinstalações sucessivas e consumo adicional de recursos computacionais. Para mitigação, deverão ser priorizadas implantações remotas sempre que tecnicamente viáveis, documentação em meio digital, capacitação virtual ou híbrida, definição prévia de perfis de acesso, planejamento de implantação por etapas e validação técnica antes da ampla disponibilização da solução.

12.6 Na fase de utilização e operação, a Administração deverá acompanhar o uso efetivo das licenças, monitorar a aderência da solução às necessidades institucionais, controlar acessos, verificar indicadores de disponibilidade e desempenho, avaliar a qualidade do suporte prestado e promover o uso racional da ferramenta. Os impactos ambientais potenciais estão associados ao uso ineficiente de licenças, armazenamento desnecessário de arquivos, processamento excessivo, tráfego de dados evitável, manutenção de contas inativas e consumo energético indireto dos equipamentos e ambientes de nuvem. Como medidas mitigadoras, a instituição deverá manter rotina de gestão de licenças, revisar periodicamente usuários ativos, remanejar licenças ociosas, desativar acessos não utilizados, orientar os usuários quanto ao uso racional da solução e acompanhar indicadores de consumo, armazenamento e utilização sempre que disponíveis.

12.7 Na fase de suporte, manutenção e atualização, deverão ser asseguradas correções de falhas, atualizações de segurança, melhorias funcionais, compatibilidade com sistemas operacionais e navegadores, correções de vulnerabilidades e atendimento aos chamados técnicos dentro dos prazos contratados. A ausência de manutenção adequada pode gerar obsolescência tecnológica, falhas de segurança, indisponibilidade, necessidade de substituição antecipada de sistemas ou equipamentos e aumento de retrabalho operacional. Para mitigação desses impactos, a Administração deverá exigir suporte técnico compatível com a criticidade da solução, atualizações durante a vigência contratual, correções de vulnerabilidades, documentação técnica atualizada e canais de atendimento que reduzam deslocamentos e aumentem a eficiência operacional.

12.8 Na fase de renovação, ampliação ou substituição, a Administração deverá avaliar a continuidade da necessidade, o custo-benefício da solução, o nível de utilização das licenças, a qualidade do suporte, a existência de alternativas de mercado, a possibilidade de adoção de soluções integradas ou compartilhadas e os custos de migração. O principal impacto ambiental potencial nessa etapa decorre da renovação automática de licenças subutilizadas, da manutenção de soluções redundantes, da dependência tecnológica excessiva e da necessidade de substituição de infraestrutura por incompatibilidade com novas versões. Como medida mitigadora, a instituição deverá realizar análise prévia de utilização, revisar quantitativos, cancelar ou reduzir licenças ociosas, avaliar alternativas interoperáveis, planejar migrações de forma gradual e considerar o custo total de propriedade, incluindo licenciamento, suporte, treinamento, implantação, integração, migração e encerramento.

12.9 Na fase de encerramento, deverão ser adotadas medidas para desativação segura das licenças, revogação de acessos, exportação ou migração de dados, preservação de informações institucionais, eliminação de dados quando aplicável, encerramento de contas, devolução ou inutilização de credenciais e comprovação de que não permanecerão cobranças, acessos indevidos ou dependências operacionais não tratadas. Os impactos ambientais potenciais estão relacionados à manutenção de ambientes, contas, bases de dados e armazenamentos desnecessários, bem como ao descarte inadequado de mídias físicas, tokens, dispositivos de autenticação ou equipamentos eventualmente vinculados à solução. Para mitigação, a Administração deverá realizar plano de encerramento, higienização de dados, migração planejada, desativação de ambientes não utilizados, eliminação segura de informações quando cabível e encaminhamento ambientalmente adequado de eventuais dispositivos físicos associados.

12.10 Dessa forma, os possíveis impactos ambientais associados à aquisição de softwares são, em regra, indiretos, mas devem ser considerados pela Administração no planejamento e na gestão contratual. Entre eles, destacam-se o consumo de energia elétrica por equipamentos e data centers, o aumento da demanda por armazenamento e processamento de dados, a possível necessidade de aquisição ou substituição de equipamentos, a geração de resíduos eletroeletrônicos em caso de obsolescência tecnológica, o desperdício decorrente de licenças ociosas, a duplicidade de soluções, o uso excessivo de impressões e deslocamentos para implantação ou treinamento e a manutenção de contas e dados sem necessidade institucional.

12.11 Como medidas de mitigação, a instituição deverá adotar práticas de governança e sustentabilidade durante todo o ciclo de vida do software, tais como: dimensionamento adequado das licenças; preferência por fornecimento digital; documentação eletrônica; implantação e suporte remoto quando viáveis; capacitação dos usuários para uso eficiente da solução; controle periódico de licenças ativas e ociosas; desativação de acessos não utilizados; avaliação de interoperabilidade e compatibilidade com a infraestrutura existente; priorização de soluções que não demandem substituição desnecessária de equipamentos; planejamento de migração e encerramento; e descarte ambientalmente adequado de eventuais mídias, tokens ou dispositivos físicos vinculados à contratação.

12.12 A sustentabilidade da contratação, portanto, não se limita à dimensão ambiental direta, mas envolve também a economicidade, a eficiência administrativa, a segurança da informação, a acessibilidade, a interoperabilidade, a continuidade dos serviços, a redução de desperdícios e a adequada governança das licenças contratadas. A contratação deverá observar critérios que assegurem o uso eficiente da solução durante toda a sua vigência, com planejamento para implantação, operação, suporte, atualização, eventual renovação e encerramento seguro, em conformidade com as diretrizes de contratações públicas sustentáveis.

13. Contratações correlatas ou interdependentes

Não há contratações em andamento com o mesmo objeto(descrição e especificidades) a esta contratação.

14. Declaração da viabilidade ou não da contratação:

Diante das necessidades devidamente identificadas no âmbito das solicitações oriundas do Orçamento Participativo 2026, bem como das análises técnicas, administrativas, econômicas e de mercado desenvolvidas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela adequação e viabilidade da contratação proposta, consistente na cessão do direito de uso de soluções de software destinadas ao atendimento das demandas institucionais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

A solução pretendida revela-se adequada ao atendimento da necessidade pública identificada, uma vez que busca assegurar a continuidade, a modernização e a eficiência das atividades acadêmicas, administrativas, técnicas e operacionais desenvolvidas pelos diversos setores demandantes. As soluções de software indicadas destinam-se a apoiar atividades essenciais relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão, à comunicação institucional, à gestão administrativa, à análise de dados, ao desenvolvimento de projetos técnicos, à segurança da informação e ao suporte tecnológico da Universidade. No curso da análise preliminar, foi considerada a possibilidade de utilização de soluções gratuitas, livres ou alternativas similares disponíveis no mercado. Contudo, verificou-se que tais opções não atendem integralmente às necessidades específicas da Administração, seja em razão de limitações funcionais, ausência de suporte técnico adequado, restrições quanto ao uso institucional, incompatibilidade com fluxos de trabalho já consolidados, riscos à segurança da informação ou insuficiência de recursos técnicos indispensáveis à execução das atividades dos setores requisitantes. Assim, embora tais alternativas possam representar menor dispêndio inicial, não se mostram tecnicamente suficientes para garantir a eficiência, a continuidade e a segurança das atividades institucionais.

A escolha pela cessão de uso das soluções de software indicadas, portanto, decorre da demonstração de maior aderência às necessidades reais da UERN, especialmente considerando os requisitos técnicos apresentados pelas unidades demandantes, a necessidade de padronização das ferramentas utilizadas, a compatibilidade com o ambiente tecnológico institucional e a garantia de suporte, atualização e regularidade no licenciamento. Trata-se de solução que permite maior segurança operacional e jurídica, além de reduzir riscos relacionados à descontinuidade dos serviços, à utilização de softwares sem cobertura adequada e à adoção de ferramentas incompatíveis com as demandas institucionais.

Sob o aspecto econômico, a contratação mostra-se compatível com o interesse público, uma vez que os quantitativos foram definidos a partir das demandas consolidadas no planejamento institucional, com previsão de atendimento conforme a necessidade efetiva da Administração. A adoção do Sistema de Registro de Preços contribui para maior racionalidade na execução da contratação, pois possibilita aquisições futuras de acordo com a demanda concreta, sem impor à Administração a obrigatoriedade de contratação imediata da totalidade dos quantitativos registrados. Tal medida favorece a economicidade, a eficiência e a adequada gestão dos recursos públicos. No que se refere à conformidade legal, a contratação encontra amparo na Lei nº 14.133/2021 e nas normas aplicáveis às contratações públicas, especialmente quanto à necessidade de planejamento, motivação, definição do objeto, estimativa de quantidades, estimativa de preços, análise de mercado, justificativa da solução escolhida e avaliação da viabilidade técnica e econômica. A instrução processual deverá observar, ainda, os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência, competitividade, julgamento objetivo, planejamento e interesse público.

Quanto aos impactos e benefícios esperados, a contratação deverá proporcionar melhores condições para o desempenho das atividades institucionais, com aumento da produtividade, redução de retrabalhos, melhoria da qualidade dos serviços prestados, fortalecimento da segurança da informação, padronização de ferramentas, ampliação da capacidade técnica dos setores demandantes e suporte mais eficiente às atividades acadêmicas e administrativas. Espera-se, ainda, que a disponibilização das soluções contratadas contribua para a modernização dos processos internos e para o alcance dos objetivos estratégicos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional da UERN. Para a adequada implementação da solução, a Administração deverá adotar as providências necessárias ao acompanhamento da contratação, incluindo a designação de gestores e fiscais, a verificação da conformidade das licenças fornecidas, o controle dos

prazos de vigência, a validação das condições de suporte e atualização, bem como o monitoramento da efetiva utilização das ferramentas pelos setores beneficiados. Tais medidas são essenciais para assegurar que os resultados esperados sejam alcançados e que a execução contratual ocorra em conformidade com as condições estabelecidas no instrumento convocatório e no contrato.

Dessa forma, após a análise das alternativas disponíveis, da justificativa da escolha, da adequação legal, dos benefícios esperados e das providências necessárias à implementação, conclui-se que a contratação proposta é tecnicamente adequada, economicamente justificável e juridicamente viável, constituindo solução apta ao atendimento da necessidade pública identificada. Reafirma-se, portanto, que a cessão do direito de uso das soluções de software indicadas representa medida estratégica para a modernização da infraestrutura tecnológica, para o fortalecimento da capacidade institucional e para o aprimoramento dos serviços prestados pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

15. Responsabilidade pela Elaboração e Conteúdo do Documento:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares desta unidade demandante e que o mesmo traz os conteúdos, conforme diretrizes estabelecidas pela Universidade.

Marcos Derby de Sousa Lima  
Setor de Controle de Dados - SCD  
Superintendência de Tecnologia da Informação STI  
Mossoró-RN, datado eletronicamente



Documento assinado eletronicamente por Marcos Derby de Sousa Lima, Chefe da Unidade, em 18/06/2026, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 42150085 e o código CRC 3F861A84.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Rua Almino Afonso, 478 - Bairro Centro, Mossoró/RN, CEP 59610-210  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - http://portal.uern.br/

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 04410277.001090/2025-56

Unidade Gestora: [FUERN](#)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026-FUERN, QUE FAZEM  
ENTRE SI A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE  
DO NORTE – FUERN E .....

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUERN, Instituição de Ensino Superior incorporada à Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte por via da Lei Estadual n.º 5.546, de 08 de janeiro de 1987, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.258.295/0001-02, na Rua Doutor Almino Afonso, nº 478, Centro, 59.610.210, Mossoró-RN, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 04410277.001090/2025-56 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto 32.449/23, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 17/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de cessão do direito de uso de softwares para atendimento às necessidades da instituição, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) anos, contados da publicação do contrato, não cabendo prorrogação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 3.1.1. Início da execução do objeto: **30 (trinta) dias após o envio da Ordem de Compra** emitida pelo setor responsável.
- 3.2. O licenciamento dos softwares deverão gozar de plena garantia e suporte, conforme estabelecido na legislação vigente. As licenças devem iniciar seus prazos de vigência a partir da data de ativação.
- 3.3. Todos os softwares fornecidos devem conter do devido licenciamento em conformidade com o exigido pela legislação atual e descrições inseridas na tabela do Termo de Referência.
- 3.4. As dúvidas sobre as especificações, conteúdo e demais aspectos que se refiram aos itens das aquisições deverão ser dirimidas junto à PROAD, no e-mail "dlc@uern.br" e "scd.dis@uern.br".
- 3.5. Quanto ao item 1 desta demanda, extrai-se do site da própria Adobe que, sidando uma "melhor experiência dos nossos softwares e maior qualidade na implantação junto às mais variadas esferas e instituições governamentais do Brasil, a Adobe anuncia o programa de Especialização em Governo para revendas autorizadas no país". Desta feita, segundo o site, "para obter a certificação de Especialização em Governo, uma série de requisitos e características são exigidos. Entre eles, são requeridos a integração ao rol de revendas Gold ou Platinum da Adobe e constituída como sociedade limitada ou sociedade anônima, de acordo com a legislação brasileira (MEIs, EPPs ou microempresas são inelegíveis)".

Local e horário da prestação dos serviços

- 3.6. O endereço de entrega das licenças de uso dos softwares(cessão) a que se refere o item anterior é: Avenida Lauro Monte, nº 340, Bairro Abolição - Mossoró/RN - CEP: 59619-000, podendo o licitante encaminhar via e-mail para os seguintes endereços: "scd.dis@uern.br" e/ou "sti@uern.br"

Especificação da garantia do serviço

- 3.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo de outro prazo previsto na descrição de cada item individualmente.

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO



4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

4.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

4.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

**Rotinas de Fiscalização**

4.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**Fiscalização Técnica**

4.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

4.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

4.11. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

4.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

4.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

4.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

**Fiscalização Administrativa**

4.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

4.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

4.19. Além do disposto nesta Sessão, o(s) fiscal (is) de contrato deverão observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

**Gestor do Contrato**

4.20. Cabe ao gestor do contrato:

4.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

4.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

4.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

4.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

4.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

4.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

4.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

4.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

4.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

4.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

4.21. Além do disposto nesta Sessão, o gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

**5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.1.1. A vedação à subcontratação se justifica por se tratar de contratação que objetiva a aquisição de **item único** e de grande necessidade técnica. Permitir a subcontratação, total ou parcial, enfraqueceria a garantia da execução do contrato, por transferir a terceiros a obrigação, e poderia gerar conflitos de interesse ou falhas de fiscalização.

6. **CLÁUSULA SEXTA – PREÇO**

- 6.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).
- 6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o relatório do gestor e/ou fiscal do contrato ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.2.1. não produziu os resultados acordados,
  - 7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - 7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**Do recebimento**

- 7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.8. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.8.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
  - 7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
  - 7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - 7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
  - 7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

- 7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.24.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.24.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**Forma de pagamento**

7.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- 7.32.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.33. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Cessão de crédito**

7.34. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.35. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.36. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.37. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está consolidada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.38. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL- 01, de 18 de maio de 2020.

7.39. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.39.1. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.40. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

**8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE**

**Reajuste**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custo da Tecnologia da informação - ICTI, calculado pelo IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 8.3. O reajuste com base no Índice de Custo da Tecnologia da informação - (ICTI), visa manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados na área de Tecnologia da Informação. O respectivo índice reflete a variação dos custos específicos do setor de Tecnologia sendo a mais indicada para a aquisição inserta neste processo.

- 8.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 9.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
  - 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 9.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
  - 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
  - 9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 9.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
  - 9.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
  - 9.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
    - 9.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
    - 9.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
    - 9.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
    - 9.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
    - 9.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
    - 9.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
  - 9.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
  - 9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
    - 9.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
  - 9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
  - 9.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
10. **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**
- 10.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 10.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 10.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 10.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
  - 10.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 10.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 10.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

10.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

10.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

10.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

10.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

10.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

10.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

10.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

10.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

10.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

10.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

10.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

10.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

10.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

10.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

10.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

10.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

10.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.



11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. A motivação para a não exigência é o aumento do custo da participação do licitante em decorrência da eventual exigência de garantia da contratação, com crescimento do risco de diminuição da competitividade nos citados certames (art. 37, XXI, CF/88).

12.2. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

13.2.4.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

13.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

13.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

13.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

13.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 13.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 13.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa

jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

14.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.8.3. Das indenizações e multas.

14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da FUERN deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/unidade: [...];

II - Fonte de recursos: [...];

III - Programa de trabalho: [...];

IV - Elemento de despesa: [...]; e

V - Plano interno: [...]; e

VI - Nota de empenho: [...].

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Mossoró, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE


\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021.  
Atualização: DEZ/2025, Id. [40716870](#).

 Documento assinado eletronicamente por **Elza Thays Farias de Lucena, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 15/04/2026, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).

 Documento assinado eletronicamente por **Geovani Carlos de Andrade Filho, Diretor(a) da Unidade**, em 15/04/2026, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40716879** e o código CRC **D23DBB64**.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINUTA

A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUERN**, Instituição de Ensino Superior incorporada à Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte por via da Lei Estadual n.º 5.546, de 08 de janeiro de 1987, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.258.295/0001-02, na Rua Doutor Almino Afonso, 478, Centro, 59.610.210, Mossoró-RN, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., considerando o julgamento da [licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo nº 04410277.001090/2025-56, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023, Lei Complementar Estadual nº 675 de 06 de novembro de 2020 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para a cessão do direito de uso de softwares para atendimento às necessidades da instituição, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do edital de licitação n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:			(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Grupo	Item	Descrição do Item (Objeto)	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unid.	Quant. Máxima	Quant. Mínima	Valor Unit.	Prazo garantia ou validade
1	1								
2									

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Não será permitida a adesão de outros órgãos a esse registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da publicação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

- 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item Erro: Origem da referência não encontrada e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1., sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2. e no item 7.2.1., o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 8.4.1. Por razão de interesse público;
- 8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. **DAS PENALIDADES**

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. **CONDIÇÕES GERAIS**

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada eletronicamente, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada eletronicamente pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador  
Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Modelo da AGU - Ata de Registro de Preços – Lei nº 14.133, de 2021, atualização: NOV/2025

Exclusão da cláusula de Remanejamento das Quantidades Registradas devido e inexistência de participantes e vedação a adesão à ata de registro de preços.

Há referência subsidiária ao Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, tendo em vista que alguns dispositivos adotados na minuta da AGU, não estão expressamente contemplados no decreto estadual, sendo o decreto federal utilizado como complemento normativo compatível.



Documento assinado eletronicamente por **Elza Thays Farias de Lucena, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 15/04/2026, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geovani Carlos de Andrade Filho, Diretor(a) da Unidade**, em 15/04/2026, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40718045** e o código CRC **9C0E1941**.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINUTA

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À  
Licitações e Contratos da UERN  
Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
Mossoró-RN

Referência: Pregão Eletrônico SRP nº 17/2026 - FUERN.

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no Edital do pregão acima citado.

Razão Social:		CNPJ:	
Representante Legal:		CPF:	
Endereço completo:			
Inscrição Estadual Nº:		Telefone	
Inscrição Municipal Nº:		E-mail:	
Banco:		Agência:	
Conta-Corrente:			

1. PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	UNID.	QUANT. TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Total dos itens:						
Alíquota do ICMS ou ISS*:						
Valor do ICMS ou ISS*:						
Valor líquido dos itens:						

\*Aplicar apenas quando for o caso.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA

- 2.1. A presente proposta é válida por **60 (sessenta)** dias contados da data de sua apresentação.
- 2.2. Pelo presente, a empresa acima qualificada, por meio do signatário, que legalmente a representa, declara e garante que:
- a) examinou cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceita todas as condições nele estipulados e que, ao assinar a presente declaração, renuncia ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;
  - b) que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações, objeto da presente licitação.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
nome e assinatura do representante legal  
número da carteira de identidade e/ou CPF

**Obs.:** Encaminhamento obrigatório, antes e imediatamente após a fase de lances, no caso de proposta melhor classificada.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo de Tarso de Paula Santiago, Membro da Unidade**, em 15/04/2026, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40730397** e o código CRC **5D2A79C4**.

Criado por paulotarso, versão 2 por paulotarso em 15/04/2026 19:32:38.